

**ANÁLISE DO PROJETO DAS MICROUNIDADES PRODUTIVAS
(PROJETO DE APOIO ÀS INICIATIVAS INFORMAIS)**

**CONVÊNIO
INTERAMERICAN FOUNDATION - IAF**

**CURITIBA
OUTUBRO 1991**

159a Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Fundação Édison Vieira.
Análise do Projeto das Microunidades Produtivas (Projeto de Apoio às Iniciativas Informais) / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Fundação Édison Vieira. - Curitiba : IPARDES, 1991.
108p.
Convênio Interamerican Foundation, IPARDES.

1.Política social. 2.Ação comunitária. 3.Paraná.
I.Título.

CDU 304:316.35(816.2)

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COODERNAÇÃO GERAL

CARLOS ARTUR KRÖGER PASSOS - Secretário

FERDINANDO SCHAUENBURG - Diretor Geral

IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA

MARIANO DE MATOS MACEDO - Diretor-Presidente

UBIRATAN ULISSES T. BARCELLOS - Secretário Geral

MARIA INÊS CERVENKA DE FREITAS - Coordenadora de Pesquisa

JOSÉ MORAES NETO - Coordenador do Centro Estadual de Estatística

EQUIPE TÉCNICA

Katherine Hennings (economista, engenheira civil) - coordenadora

Sandra Jacqueline Stoll (antropóloga) - coordenadora adjunta

Darli Machado Sant'Anna (socióloga)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Maria Dirce Botelho Marés de Souza (normalização bibliográfica)

Joe de Assis Garcia (cálculo da amostra)

Maria Cristina Ferreira (editoração), Marise Manoel (revisão), Ana Batista Martins (processamento de texto), Édson Luiz Rigoni (reprografia), Stella Maris Gazziero de Araújo (capa)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	7
LISTA DE TABELAS.....	9
RESUMO.....	11
APRESENTAÇÃO.....	13
1 CONTEXTO ECONÔMICO E TRAJETÓRIA DO PROJETO DE APOIO às INICIATIVAS INFORMAIS NO PERÍODO 1986-89.....	19
1.1 ALGUNS ASPECTOS DA CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA E PARANAENSE.....	19
1.2 EVOLUÇÃO DO PROJETO DAS MUPs.....	24
1.2.1 As Parcerias Institucionais.....	30
2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO.....	37
3 ANÁLISE DOS CASOS PESQUISADOS.....	53
3.1 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS.....	53
3.2 ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DAS MICROUNIDADES PRODUTIVAS NO PARANÁ.....	63
4 O SETOR INFORMAL E A INSERÇÃO DAS MUPs.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
ANEXO 1 - CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCIADAS PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES PRODUTIVAS NO PARANÁ.....	99
ANEXO 2 - DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA MÍNIMA.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

LISTA DE SIGLAS

- ARTECAP - Associação de Artesãos e Pequenos Produtores da Capital do Estado do Paraná
- CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná
- CEBRAE - Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
- CEF - Caixa Econômica Federal
- COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá
- EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural/PR
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- IBRE-CT - Instituto Brasileiro de Economia
- IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
- INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- LBA - Legião Brasileira de Assistência
- MUPs - Microunidades Produtivas
- PROMOPAR - Fundação de Promoção Social do Paraná
- RMC - Região Metropolitana de Curitiba
- SEJA - Secretaria de Estado do Trabalho, Justiça e Ação Social
- SEPLAN - Secretaria Especial de Planejamento da Presidência da República
- SETA - Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social
- SI - Setor Informal

LISTA DE TABELAS

1	Variação do Produto Interno Bruto, taxa média de desemprego, rendimento médio real dos empregados com carteira assinada, empregos criados no setor formal, População Economicamente Ativa, no Brasil - 1985-89.....	21
2	Variação do Produto Interno Bruto, empregos criados no setor formal, pessoas ocupadas e População Economicamente Ativa, no Paraná - 1985-89.....	23
3	Número de empreendimentos financiados pelo Projeto das Microunidades de Produção, por mesorregião, segundo as entidades agenciadoras, no Paraná - 1987-88.....	37
4	Distribuição percentual dos empreendimentos financiados pelo Projeto das Microunidades de Produção, por mesorregião, segundo as entidades agenciadoras, no Paraná - 1987-88.....	38
5	Atividades financiadas pelo Projeto das Microunidades de Produção, segundo entidades agenciadoras, na Região Metropolitana de Curitiba - 1987-88.....	41
6	Atividades financiadas pelo Projeto das Microunidades de Produção, segundo entidades agenciadoras, na Região Norte do Paraná - 1987-88.....	42
7	Atividades financiadas pelo Projeto das Microunidades de Produção, segundo entidades agenciadoras, na Região Oeste do Paraná - 1987-88.....	43
8	Atividades financiadas pelo Projeto das Microunidades de Produção, segundo entidades agenciadoras, na Região Leste do Paraná - 1987-88.....	44
9	Valores Nominais dos recursos distribuídos pela SEJA e demais entidades conveniadas à LBA, segundo mesorregiões, no Paraná - 1987-88.....	45
10	Valores reais dos recursos distribuídos pela SEJA e demais entidades conveniadas à LBA, segundo mesorregiões, no Paraná - 1988.....	46
11	Valores nominais dos recursos distribuídos pela LBA, segundo mesorregiões, no Paraná - 1987-88.....	47
12	Valores reais distribuídos pela LBA, segundo mesorregiões, no Paraná - 1987-88.....	47

13	Valores reais distribuídos pelo Projeto das Microunidades de Produção, segundo mesorregiões, no Paraná - 1987-88.....	48
14	Participação relativa das diversas instituições executoras do projeto das MUPs no total dos recursos destinados ao projeto, no Paraná - 1987-89.....	50
15	Número de empreendimentos pesquisados, por instituição agenciadora e municípios, segundo atividades, na Região Metropolitana de Curitiba - 1989.....	57
16	Número de empreendimentos pesquisados, por instituição agenciadora e municípios, segundo atividades, na Região Norte do Paraná - 1989.....	57
17	Número de empreendimentos pesquisados, por instituição agenciadora e municípios, segundo atividades, na Região Oeste do Paraná - 1989.....	58
18	Número de empreendimentos pesquisados, por instituição agenciadora e municípios, segundo atividades, na Região Leste do Paraná - 1989.....	58
19	Valor real médio solicitado e recebido pelos financiados, perda média e período médio de espera dos recursos solicitados, segundo os diversos agentes, no Paraná - 1987-88.....	74
20	Médias regionais e estaduais da receita bruta, margem de lucro sobre os gastos, renda média familiar, parcela da receita líquida da MUPs na renda familiar, segundo mesorregiões, no Paraná - 1987-88.....	80
21	Índices de funcionamento e de desativação da MUPs, segundo mesorregiões, no Paraná - 1987-88.....	96

RESUMO

Este relatório constitui a segunda parte da pesquisa sobre a intervenção governamental no setor informal, tendo em vista a geração e a consolidação de oportunidades de trabalho a parcelas da população de baixa renda. A pesquisa é composta de três relatórios, sendo os dois primeiros de análise e avaliação de duas políticas sociais desenvolvidas no Paraná: as Experiências Comunitárias de Trabalho e o Projeto das Microunidades Produtivas. O terceiro relatório refere-se a um comparativo entre as duas políticas analisadas.

O presente estudo foi elaborado em três etapas. A primeira, buscou a apreensão do projeto basicamente quanto a seus objetivos e estratégias de implementação. A segunda, constituiu-se na definição da amostra e a terceira compreendeu a investigação propriamente dita, voltada para o conhecimento dos participantes do projeto, seus empreendimentos e resultados sócio-econômicos.

Os resultados deste estudo indicaram que a atuação governamental busca, e é relativamente bem sucedida, a inserção dos beneficiados nas franjas do mercado formal, isto é, no mercado informal, sujeitando-os, contudo, a todas as forças que interferem nesse setor. Os desempenhos econômicos são bastante variados, embora, no conjunto, os empreendimentos tenham índices de funcionamento significativos. As dificuldades maiores se encontram na área de comercialização da produção, e não na de produção propriamente dita.

A atuação das entidades executoras pode ser aprimorada com redução no prazo de concessão dos recursos, definição de valores mais expressivos (melhor capacitação administrativa) e maior acompanhamento técnico.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório constitui a segunda parte de uma pesquisa que objetiva contribuir para a discussão sobre a intervenção governamental no setor informal, tendo em vista a geração e/ou consolidação de oportunidades de trabalho a parcelas da população de baixa renda.

Tratando-se de um estudo comparativo, a pesquisa é composta da análise e avaliação de duas políticas sociais desenvolvidas no Paraná: as Experiências Comunitárias de Trabalho, financiadas pelo governo estadual e outras instituições (objeto de análise no primeiro relatório), e o Projeto das Microunidades Produtivas, financiado pelo governo federal, através da LBA (razão deste trabalho), ambas implementadas na década de 80. A pesquisa financiada pela Interamerican Foundation (IAF), em convênio com o IPARDES, originou ainda um terceiro relatório referente a um comparativo entre as duas políticas analisadas.

As avaliações individualizadas de cada política abordam, basicamente, os seguintes aspectos, de modo a viabilizar a execução do estudo final:

- a) verificação das entidades e instituições envolvidas na elaboração e execução dos programas;
- b) averiguação da distribuição regional dos empreendimentos e das áreas de concentração de investimentos;
- c) caracterização das atividades desenvolvidas;
- d) reconstituição da trajetória dos dois programas, incluindo:
 - o seu processo de implementação;
 - as formas adotadas para o recrutamento dos beneficiários;

- os critérios de seleção instituídos;
 - o volume de recursos investido e suas condições de repasse;
 - formas adotadas para gerenciamento e supervisão.
- e) verificação das condições de funcionamento das atividades e dificuldades enfrentadas;
- f) identificação do perfil sócio-econômico dos beneficiários dos dois projetos e de sua trajetória no mercado de trabalho;
- g) resgate da avaliação dos beneficiários de ambos os programas.

O Projeto de Apoio às Iniciativas Informais (também denominado Projeto das Microunidades Produtivas), integrante do Programa de Incentivo às Oportunidades de Trabalho e Geração de Renda, da LBA, surgiu como continuação de um trabalho, já desenvolvido pela instituição, de incentivo à formação de grupos profissionais, uma vez que os egressos desse projeto encontravam dificuldades em implementar os conhecimentos adquiridos. Conforme descrito no capítulo 1, à medida que a idéia foi sendo lapidada, o projeto tornou-se paulatinamente mais abrangente em termos de delimitação da população a ser atendida e atividades a serem desenvolvidas, bem como em termos de procedimentos e objetivos. Desse processo, resultaram como metas básicas do projeto a geração de emprego e a elevação do nível de renda dos beneficiados.

O fato de o projeto ter sido idealizado e executado pela LBA, num período em que esta integrava os quadros do Ministério da Previdência e Assistência Social, remete à distinção entre atividades promocionais e assistenciais. O projeto em questão pretendia ser mais promocional que assistencial, ou seja, a LBA ensejou uma postura diferenciada da habitualmente adotada quando da implementação desse projeto, uma vez que não objetivava realizar apenas um trabalho assistencial, mas atuar como um órgão promotor de "atividades empresariais", pela intermediação no financiamento de empreendimentos

que normalmente não têm acesso ao sistema financeiro. Da compreensão do que seja assistência social, bem como de suas implicações, espera-se poder concluir sobre a natureza e o caráter do projeto.

Vale ressaltar que as áreas clássicas de ação de políticas sociais no Brasil são: saúde, previdência, educação, saneamento, habitação, alimentação/abastecimento e assistência social, sendo que as duas últimas são abordadas, de maneira geral, como políticas emergenciais compensatórias. A assistência social, particularmente, visa atender aos necessitados, recortados do quadro social de diversas maneiras (segundo diferentes concepções de estado de carência) e incorporados como clientela preferencial da LBA.

Tendo em vista que políticas de geração de emprego e renda não constituem sequer uma área de ação social convencional, houve dificuldades no seu tratamento pela ausência de estudos similares. Daí a opção por uma análise centrada no discurso dos agentes implementadores e dos beneficiados pelo projeto, bem como nos documentos por eles elaborados. Além disso, o não-conhecimento da elaboração de estudos semelhantes em outras regiões do país tornou inviável a comparação do desempenho do projeto no Paraná *vis-à-vis* a outras localidades.

A pesquisa realizada permite que sejam feitas algumas generalizações para o Estado do Paraná como um todo, na medida em que, a partir de um levantamento da totalidade dos empreendimentos financiados, constituiu-se numa amostra estatisticamente significativa, com resultados estatisticamente válidos. Tentativas para se estabelecer a proporção de empregos criados em termos do nível de desemprego estadual são válidas, mas teriam um grau de confiança questionável, dada a fluidez dos empreendimentos. O mesmo acontece com a parcela de empregos gerada no setor informal (conforme discussão no capítulo 4), pois as informações relativas ao seu desempenho não estão disponíveis.

Visando compreender os pressupostos do projeto, suas formas de execução, população-alvo e condições de funcionamento das micro-unidades produtivas, elaborou-se a pesquisa em três etapas. A primeira buscou a apreensão do projeto quanto a seus objetivos, estratégias de implementação, entre outros pontos. A segunda, constituiu-se na definição da amostra para a execução da pesquisa de campo e a elaboração dos instrumentos de investigação. A última fase compreendeu a investigação propriamente dita, voltada ao conhecimento dos participantes do projeto e dos empreendimentos - suas características e desempenho econômico -, bem como a avaliação dos resultados sócio-econômicos obtidos.

O relatório do estudo foi organizado da seguinte forma: no capítulo 1 faz-se uma descrição da conjuntura econômica nacional e estadual no período entre a implantação do projeto e a elaboração da pesquisa (início de 1986 - meados de 1989). A análise toma por base algumas variáveis relevantes, como produto, inflação e emprego. Apresenta-se, em seguida, a trajetória do Projeto das Microunidades Produtivas da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Essa discussão inicial tem um duplo objetivo: apresentar o pano de fundo da situação econômica no período analisado e a evolução do projeto institucional em questão. O capítulo 2 focaliza uma caracterização do universo das Microunidades Produtivas (MUPs) sua distribuição regional, atividades executadas, clientela preferencial etc. Os procedimentos metodológicos e a análise dos casos pesquisados compõem o capítulo 3. No capítulo seguinte, discute-se a inserção das microunidades produtivas no chamado "setor informal" da economia, o que determina sua capacidade de sobrevivência e seu sucesso.

Cabe chamar a atenção para o fato de que os resultados aqui apresentados correspondem a entrevistas, a pesquisas e relatórios realizados no período de 1987 a meados de 1989. Dado o distancia-

mento temporal entre o final daqueles e a data de publicação deste relatório, os procedimentos adotados pela LBA e conveniadas podem ter sofrido alterações, bem como deve ser outra a situação atual das microunidades produtivas então visitadas.

1 CONTEXTO ECONÔMICO E TRAJETÓRIA DO PROJETO DE APOIO ÀS INICIATIVAS INFORMAIS NO PERÍODO 1986-89

1.1 ALGUNS ASPECTOS DA CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA E PARANAENSE

Inicialmente, será traçada a trajetória da economia nacional e estadual, tomando por base algumas variáveis chaves - como produto, inflação, consumo, emprego e ocupação - para a compreensão da situação que se atravessava quando da idealização e implementação do projeto. Espera-se que o cenário traçado constitua um pano de fundo sobre o qual se analisará o Projeto de Apoio às Microempresas Informais.

A evolução da conjuntura econômica, após o lançamento do projeto (fevereiro de 1986), até 1989, final do período da análise, alterou-se significativamente por várias vezes, considerando-se, inclusive, as divergências entre a fase de idealização e planejamento do Projeto de Microempresas Sociais⁴ e sua implementação.

O primeiro plano de estabilização econômica de cunho não-ortodoxo,⁵ o Plano Cruzado, foi deflagrado antes da data prevista devido ao assombro com a escalada inflacionária que, em fevereiro de 1986, atingiu 16,76% ao mês, segundo o IGP-DI.⁶ Sem o objetivo explícito de ser um programa redistribuidor de renda, com o congelamento dos preços, a forma de fixação dos salários e o abono de 8%, o baixo nível das taxas de juros acabou por reduzir drasticamente a inflação (-1,0, -0,58, 0,32, 0,53, respectivamente, os IGP-DI em março, abril, maio e junho) e provocar uma realocação da renda. O somatório das

⁴Microempresas Sociais era a denominação original das posteriormente chamadas Microunidades Produtivas. A alteração na denominação deveu-se às confusões efetuadas com microempresas não-financiadas pela LBA.

⁵Entendido como sendo fundamentado em um diagnóstico não-monetarista.

⁶Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

medidas econômicas, acrescido do sentimento de euforia X desconfiança quanto à duração das condições vigentes, levou a um quadro de superaquecimento dos mercados. A expansão da demanda estimulou a criação de inúmeras microempresas e microunidades produtivas⁴, acirrando a competição nos nichos de mercado que lhes cabem. Essa consideração leva em conta dois fatores: reconhece-se que, ao mesmo tempo em que houve um incremento no número de empreendimentos de pequeno porte (e, no caso, também de porte micro), houve um crescimento do hiato entre os volumes de demanda e oferta, dada a relativa inelasticidade da oferta formal do sistema, havendo, portanto, um alargamento no espaço econômico onde atuam. No entanto, acredita-se que a expansão no número de iniciativas "empresariais" foi bastante superior ao *gap* criado, mesmo porque a natureza desse hiato não coincide com a da oferta desse tipo de empreendimento.

De qualquer forma, verificaram-se, no ano de 1986, uma expansão do emprego formal (10% em relação a 1985), um crescimento da atividade industrial de 14,6% em São Paulo (e 10,69% no Brasil), uma elevação no uso da capacidade industrial instalada (de 78%, em 1985, para 83%, em 1986, segundo o IBRE/CT) que se confrontou com um aumento do consumo (em torno de 30%), um aumento do rendimento real dos empregados com carteira assinada de 30,17% e uma inflação de 65% ao ano (IGP-DI).

Por uma série de razões, o governo não conseguiu manter a estabilidade da economia, e, ao final do ano, já era possível sentir a retomada da aceleração inflacionária (de 7,6% em dezembro de 1986, segundo o IGP-DI). Nesse período, a elevação das taxas de juros já dificultava a sobrevivência de uma série de pequenos empreendimentos que haviam tomado recursos das instituições financeiras em linhas de crédito convencionais.

⁴São consideradas microunidades produtivas aquelas de tamanho inferior ao das microempresas e também as empresas não-legalizadas.

O processo prosseguiu no primeiro semestre de 1987 até a deflagração do segundo plano de estabilização do Governo Sarney - o Plano Bresser. De menor envergadura que o Plano Cruzado, constituiu-se em um esforço para conter a explosão inflacionária, ao mesmo tempo em que dava ao sistema de preços condições mínimas de estabilidade para reencontrar um certo equilíbrio de preços relativos. Houve novo arrefecimento da inflação, redução das taxas de juros, aumento da produção industrial, elevação da atividade econômica e aumento do consumo (embora inferior ao de 1986). Os movimentos das diversas variáveis, porém, foram momentâneos, ou seja, sofreram uma variação e iniciaram a escalada para retomarem seus valores após três ou quatro meses do lançamento do plano. O emprego, como variável de efeito retardado, cresce um pouco em outubro e novembro desse ano, no entanto, sua sustentação é dada, prioritariamente, pelo setor informal da economia. O rendimento médio real dos empregados com carteira assinada tem média anual inferior à do ano anterior, -11,73% (tabela 1).

TABELA 1 - VARIACÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO, RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA, EMPREGOS CRIADOS NO SETOR FORMAL,* POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NO BRASIL - 1985-89

ANO	VARIACÃO DO PIB (%) ¹	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ²	REND. MÉDIO REAL DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA ³	EMPREGOS CRIADOS NO SETOR FORMAL ⁴	PEA ⁵
1985	7,9	5,03	2,465	910.765	55.636.014
1986	7,6	3,40	2,908	1.000.457	56.816.215
1987	3,6	3,80	2,567	16.805	59.542.958
1988	(0,1)	4,00	2,674	603.787	61.047.954
1989	3,3	3,40	2,833	595.758	62.513.176

FONTE: ¹ IBGE, ² Conjuntura Econômica, média dos valores de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, deflacionado pelo INPC, ³ Lei 4923/65 e RAIS-MTb, ⁴ PNAD-IBGE

*O setor formal implica o conjunto de empreendimentos legalizados, podendo incluir parcela em que as relações de trabalho e de produção são informais

O ano de 1988 é caracterizado, economicamente, por políticas do gênero "feijão com arroz", as quais objetivavam manter a economia

no *status quo*, ou seja, impedir a aceleração inflacionária. Seu sucesso foi, no entanto, bastante relativo. O controle da inflação permitiu que o IGP-DI chegasse a 28% ao mês, em dezembro, com o termômetro de vendas em queda, produção industrial declinante, nível de atividade decrescente, redução do emprego formal e manutenção do nível de desemprego. Novamente, tem-se o setor informal funcionando com um "colchão" para as flutuações do sistema econômico.

Em 1989, apesar do terceiro plano de estabilização do Governo Sarney - o Plano Verão -, nem a economia, nem as variáveis que a caracterizam sofreram variações significativas.

Em linhas gerais, o que se observa no período entre a implantação do projeto e a execução da pesquisa foi uma estagnação, com tendência ao declínio, da produção industrial: o emprego no setor formal se mantém estável, o desemprego é ligeiramente declinante, o salário médio real dos trabalhadores com carteira assinada, após 1986, reduz-se, elevando-se ao final do período. Tendo-se em conta que a taxa de investimento da economia, na década de 80, ficou em torno de 17% a.a. (6% abaixo da média da década passada) e que a participação do governo nela foi em torno de 13% a.a., ao setor privado resta a participação de 4% do PIB. O PIB cresceu, entre 1980 e 1988, à taxa média anual de 2,39%, abaixo da taxa de crescimento da população (que por sua vez é semelhante à da PEA), de cerca de 3,3% a.a. Assim, fica à mostra a incapacidade de o setor formal da economia empregar a totalidade da mão-de-obra ofertada, bem como a questão sobre onde ela tem sido alocada, na medida em que não existe um crescimento significativo do desemprego.

Analisando-se os dados da tabela 2, é possível se ter uma noção da variação do produto e do emprego no Paraná, no período 1986-89. Em 1986, a queda acentuada na taxa de crescimento do produto real, comparativamente a 1985, acaba por se refletir em uma redução na

criação de novos empregos em 1987. Observe-se que o número de empregos criados no setor formal segue com um *gap* as variações do Produto Interno Bruto (PIB). Dado que o número de pessoas ocupadas é crescente ao longo de toda a série, pode-se dizer que é crescente o montante de ingressos na parcela informal e subterrânea da economia estadual, embora no número de empregos criados no setor formal possa estar embutida alguma parcela daquele, uma vez que por setor formal, no Ministério do Trabalho, consideram-se os empreendimentos legalizados.

TABELA 2 - VARIACÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, EMPREGOS CRIADOS NO SETOR FORMAL*, PESSOAS OCUPADAS E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NO PARANÁ - 1985-89

ANO	VARIAÇÃO ANUAL DO PIB (%) ¹	EMPREGOS CRIADOS NO SETOR FORMAL ²	PESSOAS OCUPADAS ¹	PEA ³
1985	15,8	54.217	3.572.805	3.672.193
1986	0,9	55.675	3.652.855	3.715.344
1987	13,6	18.621	3.876.478	3.985.957
1988	(6,5)	35.245	3.878.360	4.022.968
1989	4,4	26.150	4.173.860	4.286.926

FONTE: ¹IPARDES, ²Lei 4923/65 e RAIS-MTb, ³PNAD-IBGE

*O setor formal implica o conjunto de empreendimentos legalizados, podendo incluir parcela em que as relações de trabalho e de produção são informais

As estimativas realizadas pelo IPARDES para a proporção na PEA dos ocupados no setor informal, para o Estado do Paraná, são, respectivamente, de 1985 a 1988, 40,3%, 37,2%, 40,2% e 38,0%, expandindo-se e contraindo-se com um *gap* aproximado de um ano, relativamente aos movimentos do PIB estadual.

Comparando-se a evolução do PIB nacional com o estadual, observa-se que os movimentos não coincidem; no entanto, as alterações na criação de empregos e na PEA, sim. As taxas de inflação e a cronocidade do processo são semelhantes para o país e o Estado; portanto, a desarticulação entre os diversos setores da economia, que provoca uma perda do referencial de preços relativos, é comum, gerando expectativas de instabilidade da situação vigente.

Tendo o quadro da trajetória da conjuntura econômica nacional

e estadual como pano de fundo, proceder-se-á, em seguida, a uma descrição da evolução do projeto na LBA, bem como da participação de outras entidades em sua implementação.

1.2 EVOLUÇÃO DO PROJETO DAS MUPs

Dos inúmeros programas desenvolvidos pela LBA, nos últimos anos, na área de produção, destaca-se o Programa de Formação Profissional, composto por cursos profissionalizantes. Direcionado prioritariamente para populações de baixa renda, esse programa visava principalmente à capacitação profissional dos usuários, credenciando-os para melhor inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para melhoria de seu padrão de vida.

Inicialmente, esses cursos eram realizados com apoio integral da LBA. A ela cabia o fornecimento da matéria-prima para os trabalhos realizados em curso, além do pagamento dos instrutores. Embora a escassez de recursos dificultasse o alcance dos objetivos idealizados pelo programa, a partir de alguns cursos organizaram-se grupos de produção, financiados pela LBA, a qual também se responsabilizava pela comercialização dos produtos. Metade dos recursos das vendas efetuadas era repassada aos membros dos grupos, ficando a outra parte para a LBA, para reposição de matéria-prima. Executado por ações diretas e indiretas (através da extinta PROMOPAR), o programa sofreu algumas alterações, principalmente em função de mudanças na concepção da política assistencial adotada até então pela instituição nessa área.

Visando a uma política de caráter mais promocional do que assistencial, a LBA modificou sua ação em relação aos grupos de produção já organizados. Transferiu a responsabilidade do escoamento da produção e aquisição das matérias-primas para os próprios grupos.

[...] ele [o grupo de produção] era muito atrelado à instituição, ou seja, a relação de dependência dessa população à instituição é ainda muito forte. Ao mesmo (tempo) que há uma crítica muito grande em relação à área social que você tá sempre de certa forma atrelado, porque é uma relação de proteção, esse programa devia abrir uma brecha muito grande, porque você propunha justamente o "pé-na-bunda" e você destutelar, ou seja, você é responsável por você mesma, assumir um financiamento pra produzir e ser responsável por isso, pela tua vida [...].⁵

Nesse espírito, a LBA implantou o Projeto Microempresa Social, visando ao financiamento de microempresas já constituídas, embora não legalizadas, ou seja, pequenos empreendimentos capazes de receber empréstimos diretamente de agências financeiras (Banestado, Caixa Econômica Federal etc.), com o aval da LBA, além de microempresas em processo de constituição, emergentes dos cursos de formação profissional, ou organizados de forma independente.

Idealizado no final de 1985, e lançado em fevereiro de 1986, no mesmo período do Plano Cruzado, esse projeto foi efetivamente estruturado em setembro/outubro do mesmo ano.⁴ Seu objetivo principal era, através da intervenção no setor informal da economia, estimular as iniciativas produtivas de caráter individual, familiar, grupal ou comunitário, geradoras de emprego e renda.⁷ Trabalhando em conjunto com o CEBRAE, em nível federal, e com o CEAG, na esfera estadual, na seleção dos beneficiários, a LBA instituiu um sistema de avaliação dos empreendimentos que deveriam ser financiados, através da realização de entrevistas individuais e visita aos empreendimentos. Porém, como não havia uma definição objetiva quanto à população a ser atendida, critérios diferenciados foram empregados por técnicos com diferentes formações profissionais. Enquanto os do CEAG atentavam

⁵SILVEIRA FILHO, Nelson Carneiro da. Entrevista do Coordenador de Administração, concedida em 5 maio 1986.

⁴Segundo informações colhidas junto a funcionários da instituição, o momento histórico e econômico do lançamento do programa não foi a causa de sua idealização e implementação. Aparentemente, o projeto tem uma preocupação maior com o problema estrutural do nível de desemprego e baixo nível de renda do que com a questão conjuntural de agravamento destes ao longo da década (o que não era o caso em fins de 1985 e início de 1986).

⁷FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Divisão de Educação para o Trabalho. Microempresa social. Rio de Janeiro, 1986.

mais para a viabilidade econômica e financeira dos empreendimentos, os da LBA priorizavam os aspectos sociais, sendo que nesse período muitos dos financiamentos concedidos foram repassados a produtores individuais, integrantes de várias faixas de renda.

Os recursos financeiros alocados para implementação desses empreendimentos eram oriundos, inicialmente, do Ministério da Previdência e Assistência Social (do qual a LBA fazia parte), da SEPLAN - para a estimulação do projeto - e de algumas agências financeiras (CEF, Banestado etc.) e destinados ao financiamento das microempresas sociais. O repasse dos recursos destinava-se, nas atividades produtivas e artesanais (área urbana), para aquisição de matéria-prima, máquinas e equipamentos. Os investimentos realizados na área rural (agricultura, criação de animais de médio e pequeno portes) poderiam ser aplicados também na construção de equipamentos necessários ao empreendimento (barracões, armazéns etc.). Sem acréscimo de juros ou correção monetária, o valor total do financiamento era liberado em duas parcelas para compra de máquinas e equipamentos e, posteriormente, para insumos básicos, ou em parcela única, quando se destinava à aquisição de um único equipamento, ou somente para compra de matéria-prima.

Nessa época, o ressarcimento era efetuado em dinheiro para as instituições financeiras credoras, sujeito a juros e correção monetária. Estes montantes, contudo, não deveriam onerar significativamente os beneficiários, uma vez que, nesse período, ambos, juros e correção monetária, tinham baixos valores.

No início de 1987, o projeto sofreu uma grande reformulação, tendo em vista o fracasso do Plano Cruzado (em janeiro desse ano, a inflação já era de 12,4% a.m., de acordo com o IGP-DI), e a elevação das taxas de juros bancários, que inviabilizaram o pagamento dos financiamentos das microempresas sociais efetuados junto ao sistema

financeiro. As dívidas desses microempresários foram salgadas por um financiamento adicional da LBA e substituídas pelo Sistema de Dação em Pagamento.⁹

Apesar disso, em avaliação efetuada pela LBA, verificou-se que houve saldo positivo do projeto em nível nacional, destacando-se algumas experiências relevantes, desenvolvidas tanto na área urbana quanto na rural: moinhos comunitários, formação de microbacias leiteiras, secadores de grãos comunitários, ações integradas com cooperativas para estimular microunidades nos setores da pesca, apicultura, suinocultura, caprinocultura, doces, artesanato, utilização e beneficiamento de soja através de vacas mecânicas, casas de farinha, apoio à microdestilarias, salão de cabelereira, indústria de artefatos de cimento, confecções de sapatos, móveis e roupas, oficinas mecânicas, fabriqueta de sabão, perfumaria, massas caseiras, pastelaria etc.

A partir desse quadro avaliativo, a LBA restringiu a abrangência do programa no exercício de 1987, destinando investimentos somente para atividades informais, além de ter assumido com exclusividade o seu financiamento. Basicamente, as diretrizes do projeto permaneceram as mesmas, embora a dinâmica de sua operacionalização, no Paraná, apresente, segundo entrevistas realizadas, alguma singularidade. As mudanças ocorridas, segundo técnicos da instituição, referem-se à forma do ressarcimento dos financiamentos, população-alvo do programa, seleção dos beneficiários, além do estabelecimento do primeiro convênio com órgãos governamentais (prefeituras municipais e CEAG).

A seleção dos beneficiários passa a ser feita somente pelos

⁹Dação em Pagamento "refere-se a um acordo conveniado entre credor e devedor, por via do qual aquiesce ao primeiro receber do segundo, para desobrigá-lo de uma dívida, objeto diferente do que constituía a obrigação" (FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Secretaria de Apoio Comunitário e Institucional. Projeto Apoio às Iniciativas Informais : documento básico. s.l. : LBA, 1988).

técnicos da LBA, a partir de estudos de viabilidade econômica das atividades realizadas, sob a orientação do CEAG. Introduce-se uma instância decisória, composta pelos técnicos da instituição e a comunidade em questão,⁹ para o repasse dos financiamentos. Embora a orientação da instituição fosse no sentido de se privilegiar grupos familiares ou comunitários, essa nova estratégia não impediu que a maioria dos investimentos continuasse sendo feita por produtores individuais, tendo em vista o reconhecimento da soberania das decisões tomadas em reunião comunitária.

Embora já houvesse experiências pontuais em projetos na área rural, esse tipo de financiamento passou a ser priorizado, principalmente para atividades que envolvessem populações rurais de baixa renda, dada a amenização do processo de êxodo rural.

No sentido de facilitar o alcance desse objetivo, a LBA estabeleceu os primeiros convênios com as prefeituras de Curitiba, Guarapuava, Pranchita e Londrina, as quais passaram à condição de executoras do projeto. Através de acordo técnico-financeiro, essas prefeituras apresentavam à LBA os projetos solicitados pela população para avaliação e aprovação. O volume de recursos a elas repassado correspondia ao valor total de projetos solicitados, cabendo às prefeituras repassá-los aos beneficiários. As prefeituras, nesses termos, desempenharam a função de intermediação, uma vez que obedeciam às diretrizes estabelecidas pela LBA.

O ressarcimento, nesse período, é efetuado em produtos ou prestação de serviços, conforme preestabelecido, aos escritórios da LBA, que os repassam a outras entidades sociais conveniadas.

⁹Os técnicos da LBA, através de contatos com lideranças e grupos organizados de cada comunidade, organizavam reuniões com o grupo tendo por base os critérios de elegibilidade e prioridades estabelecidas pela LBA; definiam as preferências do conjunto no que dizia respeito a tipo de atividades, forma de organização da produção, forma de ressarcimento, acompanhamento e supervisão dos empreendimentos financiados etc. Os técnicos acreditavam que essa forma de participação social era um exercício de cidadania, com relação à ocupação do dinheiro público.

A partir de 1988, em função de reformas administrativas ocorridas na Direção Nacional da LBA, a programação da instituição foi reestruturada. Três programas foram implantados no âmbito da Secretaria de Apoio Comunitário e Institucional (SAI), entre eles, o de Incentivo às Oportunidades de Trabalho e Geração de Renda, ao qual as Microempresas Sociais - que passaram a se denominar Microunidades Produtivas (MUPs) - foram incorporadas.

O objetivo do projeto das MUPs, nessa fase, passa a ser, prioritariamente, a prestação de apoio técnico e financeiro a atividades desenvolvidas por grupos familiares e comunitários da área rural, visando à independência social e financeira dos beneficiários. A perspectiva dos empreendimentos era a formação de associações de produtores, cooperativas e outras formas associativas que possibilitassem a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda.

O projeto se direcionava basicamente para grupos que tradicionalmente são atendidos por órgãos de assistência social. Além de grupos de pequenos produtores rurais, incluem-se os grupos de produção egressos ou não de cursos profissionalizantes da LBA, grupos de mulheres que desenvolvem atividades produtivas domiciliares, grupos de profissionais, de deficientes, de idosos etc., em condições de desempenho produtivo.

Dentre os critérios adotados para seleção dos beneficiários, destaca-se a renda, tendo sido priorizados aqueles que recebessem até 2 salários mínimos de renda mensal per capita, ou 4 salários mínimos de renda familiar, e que tivessem algum conhecimento sobre a atividade a ser desenvolvida.

O ressarcimento adotado a partir de então passa a ser efetuado pelos beneficiários, em produtos ou prestação de serviços, diretamente às entidades assistenciais, através de contrato firmado entre ambos e mediado pela LBA.

A partir de 1989, a LBA priorizou a implantação de microunidades produtivas através da formação de parcerias institucionais e de convênios com os diversos níveis do governo estadual - Secretaria de Estado do Trabalho, Justiça e Ação Social (SEJA) - e municipal - prefeituras - além de apoiar diversas organizações comunitárias (associação de produção, cooperativas, colônia de pescadores etc.). Tais parcerias viabilizaram a descentralização na execução do projeto, no sentido da transferência de prioridade de sua execução direta para as instituições conveniadas, ficando a LBA na coordenação e supervisão geral do projeto, na esfera estadual. Por outro lado, esse processo viabilizou uma maior interiorização do projeto, no sentido de que um maior número de pessoas da área rural e do interior do Estado fossem beneficiadas. Para tanto, os projetos das áreas rurais contam com a assistência técnica (nem sempre formalizada) da EMATER-PR, enquanto os das áreas urbanas ficam a cargo do CEAG, que treina os técnicos da LBA e a auxilia esporadicamente.

1.2.1 As Parcerias Institucionais^{1*}

A partir de convênio firmado com a LBA, em outubro de 1987, a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETA) passou a desenvolver, em caráter experimental, o Projeto das Microunidades de Produção, na época denominado Microempresa Social.

Tendo recebido da LBA, através desse convênio, 5,5 milhões de cruzados, a SETA definiu inicialmente três microrregiões do Estado para a execução de uma experiência-piloto: Campo Mourão, Cornélio

^{1*}No que diz respeito à SETA, a fonte dos dados constitui-se de entrevistas realizadas com técnicos responsáveis pelo projeto em diferentes períodos (vinculados inclusive a diferentes coordenadorias) e documentos fornecidos: PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. Projeto Microempresa Social. Curitiba, 1988 e PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. Projeto Microunidade de Produção. Curitiba, 1988. 47p. Quanto aos demais executores do projeto - prefeituras, cooperativas e associações -, a fonte dos dados sobre sua participação neste constitui-se essencialmente de entrevistas realizadas com técnicos e representantes destes durante a pesquisa de campo.

Procópio e União da Vitória.

Com o objetivo de apoiar e incentivar atividades desenvolvidas por segmentos de baixa renda da população, tendo em vista a complementação da renda familiar, nessa primeira fase de implantação do projeto a SETA priorizou o repasse de recursos a produtores individuais e/ou a grupos de produção que já haviam sido atendidos, em governos anteriores, por outros programas da Secretaria ou da PROMOPAR.

Da avaliação positiva dessa experiência, resultou a proposição, por parte da SETA, de renovação desse convênio com a LBA, visando à extensão do projeto, a partir de 1988, ao Estado como um todo.

Tendo elaborado um projeto que previa o financiamento a três mil microunidades produtivas, a SETA solicitou à LBA, na época, recursos da ordem de Cz\$ 310 milhões. Segundo cronograma elaborado pela Secretaria, esses recursos deveriam ser repassados a seus núcleos e/ou escritórios regionais (em número de 19), totalizando, em média, 13 milhões para cada um deles. Além disso, respeitando regras estipuladas pela LBA, a SETA estabeleceu nesse mesmo cronograma o limite de recursos que deveriam ser repassados às microunidades produtivas: Cz\$ 130 mil.⁴⁰

Alinhando-se às novas diretrizes definidas na época pela própria LBA, a partir de 1988 a SETA passou a priorizar o financiamento a grupos de trabalho, familiares ou comunitários, além de ter privilegiado, como a LBA, as atividades de produção.

Nessa fase de extensão e consolidação, a SETA definiu também a rotina de operacionalização do projeto. Além de ter instituído o

⁴⁰ O valor total do convênio e do repasse aos núcleos regionais aparece, no entanto, reduzido no documento da SETA de maio/88 citado anteriormente. Segundo este, o valor total do convênio foi de 233 mil cruzados e o repasse por núcleo/escritório regional, em média, de 9 milhões de cruzados. O limite de 130 mil cruzados por microunidade de produção se manteve. Vale lembrar que, segundo cláusula contratual, esses recursos foram repassados pela LBA à SETA, em três parcelas, sendo que a liberação da 2ª e 3ª parcelas deveria se dar mediante prestação de contas, pela SETA à LBA, quanto à aplicação dos recursos efetuada na primeira parcela. (PARANÁ. Secretaria... Projeto das Microunidades...). Por outro lado, é interessante ressaltar que o limite de recursos estabelecido para o repasse de recursos às microunidades produtivas não se aplica aos financiamentos efetuados diretamente pela LBA.

treinamento dos técnicos dos núcleos e/ou escritórios regionais, estabeleceu etapas seqüenciais de execução do projeto, entre as quais constam:

- a) divulgação do projeto e mobilização da comunidade, através dos meios de comunicação (rádio, jornal e cartazes), dos núcleos e/ou escritórios regionais, do CEAG e, especialmente, dos Comitês de Ação Integrada (organização que reúne funcionários municipais e estaduais, políticos locais e participantes de entidades sociais e comunitárias de municípios de uma mesma microrregião). Essa etapa envolve basicamente a divulgação da realização de uma reunião realizada no município-sede da microrregião para explanação do projeto, critérios de seleção dos beneficiários e de financiamento;
- b) cadastramento dos interessados e análise técnica dos empreendimentos realizada por funcionários dos núcleos e/ou escritórios regionais (em geral assistentes sociais) e por técnicos do CEAG, considerando-se especialmente aspectos sociais e viabilidade econômica da atividade;
- c) promoção de reunião com participantes dos Comitês de Ação Integrada para divulgação dos empreendimentos selecionados;
- d) realização de treinamento gerencial de 16 horas pelo CEAG para os beneficiários contemplados pelo projeto;¹²
- e) assinatura de Termo de Cooperação Técnico-Financeira entre a SETA e o beneficiário e repasse dos recursos, sendo os compromissos entre as partes pré-definidos por normas do projeto estabelecidas pela LBA (prazo e condições de fi-

¹²Nesse caso, observa-se que a participação do CEAG no projeto é diferenciada segundo a instituição executora do projeto. Pelo convênio com a LBA, o CEAG faz o treinamento gerencial com os técnicos dos escritórios regionais da instituição e estes repassam as informações aos beneficiários. Já, pelo contrato com a SETA, o treinamento gerencial destina-se aos beneficiários do projeto.

nanciamento, forma de pagamento, aplicação dos recursos etc.). Além desse documento, a SETA instituiu também a regulamentação do ressarcimento, consolidada por um Protocolo de Intenções, firmado quando do repasse dos recursos, entre a SETA, o usuário e a entidade social receptora do ressarcimento.

Como ressalva, cabe apenas lembrar que enquanto a LBA repassa recursos ao usuário de forma parcelada (frequentemente em duas parcelas), a SETA adotou como prática o repasse dos recursos em parcela única, sendo que, no caso, os cheques são entregues aos grupos de produção selecionados pelo próprio Secretário;

- f) supervisão e acompanhamento gerencial das microunidades realizadas através dos núcleos e/ou escritórios regionais. Como proposta, a SETA definiu que essa atividade deveria ser realizada por estagiários (acadêmicos de economia ou administração), contratados pelos núcleos e/ou escritórios regionais, tendo em vista a supervisão e assessoramento gerencial dos empreendimentos financiados. De acordo com entrevistas realizadas, porém, esse trabalho não foi implementado em todos os núcleos e/ou escritórios regionais da Secretaria por estagiários, dadas as dificuldades de arregimentação e, em especial, por questões salariais, sendo efetuado muitas vezes por técnicos da Secretaria.

Comparando-se essa estrutura organizacional àquela organizada pela LBA, observam-se diferenças significativas. Enquanto a SETA tende a reforçar a estrutura burocrática de agenciamento dos programas, tendo em vista a agilização dos projetos e rotinização de participação da comunidade em certas etapas de sua implementação (por

exemplo, através da organização dos Comitês da Ação Integrada),¹³ a LBA, em função de recentes mudanças administrativas, tem investido mais na coordenação e supervisão geral do projeto do que em sua execução, de modo que a sua operacionalização pela LBA parece ter-se dado através de uma estrutura bem menos complexa que aquela consolidada pela SETA.¹⁴

Por outro lado, comparando-se a participação da SETA no projeto à atuação de outras agências conveniadas pela LBA - prefeituras municipais, cooperativas e associações de produtores -, observa-se que, dentre essas, a SETA ocupa posição singular. Isso porque enquanto a SETA gerencia parcela significativa do orçamento do projeto, define alguns dos critérios de seleção dos beneficiários e das atividades a serem financiadas, as demais entidades conveniadas atuam basicamente como intermediárias no repasse de recursos da LBA a grupos de produção. Ou seja, essas outras agências apresentam à LBA um projeto de financiamento, indicando as atividades e possíveis beneficiários. Se aprovado pela LBA, o projeto é financiado através de convênio com a entidade proponente do financiamento.

No caso particular da Prefeitura Municipal de Curitiba, o projeto beneficiaria pessoas e grupos de ambos os sexos, sendo beneficiados somente aqueles que apre-

¹³Atuação que se assemelha àquela adotada pela LBA no Paraná, em meados de 1987, quando a "participação comunitária" na seleção dos beneficiários e o controle do ressarcimento eram apresentadas como marcas distintivas do projeto no Estado quanto à forma de sua execução em nível nacional.

¹⁴É importante lembrar que a partir de 1989 a LBA praticamente deixou de executar diretamente o projeto. Este passou a ser por ela apenas gerenciado, cabendo às entidades conveniadas a sua execução.

Daí, a diferença na forma de condução do projeto por parte da LBA e da SETA ilustra posturas institucionais alternativas quanto ao gerenciamento de projetos. Enquanto a SETA, por exemplo, segmenta seus projetos por Coordenadorias que atuam independentemente, a LBA adotou recentemente como sistemática a integração regional de projetos a nível administrativo. Ou seja, dividiu o Estado em cinco gerências (áreas geográfico-administrativas) e a elas atribuiu a organização e supervisão de todos os projetos, por circunscrição regional. Ou seja, enquanto a SETA estruturou-se por projetos/coordenadorias, buscando uma ação mais integrada (entre as diferentes coordenadorias e com a comunidade), a nível local e/ou microrregional, a LBA reorganizou-se no Paraná no sentido de promover a integração do gerenciamento dos projetos, em nível institucional, ao mesmo tempo que descentralizou a sua execução em nível local.

sentarem uma situação sócio-econômica baixa, compreendida em até 3 salários mínimos.⁴⁵ Os critérios de seleção seriam basicamente os do projeto em termos de renda familiar, o não-cadastramento jurídico e a experiência comprovada no trabalho pretendido. No entanto, os critérios quanto às atividades a serem desenvolvidas e a forma de produção (individual, familiar, grupal ou associativista) seriam propostos pela comunidade, mas deveriam estar de acordo com a política do município. As propostas que atendessem a todas essas condições seriam apresentadas a LBA pela Prefeitura, que, em caso de aprovação, repassaria os recursos e efetuaria o controle. A prefeitura comprometer-se-ia a prestar assistência técnica, bem como a dar um treinamento gerencial básico, executado pelo CEAG.

Embora não se tivesse acesso a todos os convênios firmados, as informações colhidas permitem dizer que todos se dão em bases semelhantes. Todas as agências conveniadas, porém, submetem-se à supervisão geral da LBA, à qual prestam contas quanto à aplicação dos recursos e ao ressarcimento, segundo as normas do projeto.

⁴⁵CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Projeto Micro Empre-
sas. Curitiba, 1987.

2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO

Do Projeto das Microunidades Produtivas do Paraná, instituído pela LBA, participam como executores órgãos governamentais de âmbito federal, estadual e municipal (Funai, SETA, CEAG e prefeituras municipais, respectivamente), além de entidades e/ou associações de produtores (Associação de Artesãos e Pequenos Produtores da Capital do Estado do Paraná - ARTECAP, Colônia de Pescadores do Litoral, diversas cooperativas etc.).

De acordo com o levantamento preliminar de dados, realizado entre 1987-88,¹⁴ foram financiados por esse projeto, no Paraná, 2.208 empreendimentos. Os dados das tabelas 3 e 4 indicam que esses empreendimentos se encontram homogeneamente distribuídos em termos regionais, já que, em média, cada região participa com cerca de 25% da totalidade dos empreendimentos financiados no Estado no período considerado.

TABELA 3 - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO PROJETO DAS MICRO-UNIDADES DE PRODUÇÃO, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO AS ENTIDADES AGENCIADORAS, NO PARANÁ - 1987-88

ENTIDADE	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	REGIÃO NORTE	REGIÃO OESTE	REGIÃO LESTE	TOTAL
LBA	244	49	26	43	362
SETA	265	468	457	346	1.536
Prefeitura	24	47	53	152	276
Outros	13*	2**	3**	16***	34
TOTAL	546	566	539	557	2.208

FONTE: Cadastramento e processos - LBA, SEJA, fev. 1989

*ARTECAP

**Postos Indígenas

***Colônia de Pescadores

¹⁴Ver nota que justifica a circunscrição da análise a esse período seção 3.1, referente aos procedimentos metodológicos.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO AS ENTIDADES AGENCIADORAS, NO PARANÁ - 1987-88

(Em %)

ENTIDADE	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	REGIÃO NORTE	REGIÃO OESTE	REGIÃO LESTE	TOTAL
LBA	67,4	13,5	7,2	11,9	100,0
SETA	17,3	30,5	29,7	22,5	100,0
Prefeitura	8,7	17,0	19,2	55,1	100,0
Outros	38,2*	5,9**	8,9**	47,0***	100,0
TOTAL	24,8	25,6	24,4	25,2	100,0

FONTE: Cadastramento e processos - LBA, SEJA, fev. 1989

*ARTECAP

**Postos Indígenas

***Colônia de Pescadores

No entanto, os mesmos dados revelam que a participação dos diversos órgãos e entidades envolvidos no projeto se deu diferenciadamente no Estado, seja quanto ao número total de financiamentos efetuados, seja quanto à sua distribuição regional.

Analisando-se mais detalhadamente os dados da tabela 3, observa-se que, do número total de financiamentos efetuados pelo projeto no Paraná, entre 1987-88, cerca de 70% foram repassados através da SETA; 16,4% foram repassados diretamente pela LBA; 12,5% por intermédio de prefeituras municipais e apenas 1,5% através de outras entidades (Funai, cooperativas e associações de produtores).

Chama a atenção, nesses dados, o fato de ser menor a participação da LBA no repasse de financiamentos a microunidades produtivas do que o realizado por outros órgãos e/ou entidades, como por exemplo, a SETA. É importante, porém, lembrar que isso resulta da própria política de descentralização da execução do projeto adotada recentemente pela instituição. Como já indicado, a partir de 1988, a LBA passou a buscar parcerias institucionais para a execução do projeto, o que foi implementado através do repasse de volume signifi-

cativo do orçamento destinado ao projeto a outras instituições.¹⁷ Segundo entrevista realizada, essa política, iniciada em 1988, consolidou-se em 1989, quando a LBA financiou microunidades produtivas quase exclusivamente por intermédio de convênios com outras entidades e/ou instituições governamentais.

Como parte dessa política, é interessante observar, através dos dados das mesmas tabelas, como a participação das diversas instituições e/ou entidades envolvidas no projeto varia em termos regionais. Os empreendimentos financiados diretamente pela LBA, por exemplo, concentram-se na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Como indicam os dados da tabela 4, 67,5% dos financiamentos concedidos entre 1987-88 a empreendimentos localizados na RMC foram repassados diretamente pela idealizadora e financiadora do projeto. Em contrapartida, outros órgãos governamentais conveniados concentraram os financiamentos no interior do Estado: a SETA, por exemplo, aplicou 60% dos recursos do projeto em empreendimentos localizados nas regiões norte e oeste do Estado, enquanto os financiamentos repassados através de prefeituras se concentraram na região leste (55,1% do total). Finalmente, na RMC e Litoral (região leste) concentraram-se os financiamentos repassados pela LBA às entidades profissionais (ARTECAP e Colônia de Pescadores).

Esses dados sugerem que o processo de descentralização na execução do Projeto das Microunidades Produtivas durante o período considerado, apresentou, como tendência, a delimitação de áreas específicas de atuação por entidade executora, destacando-se, na RMC, a LBA e associações profissionais e, no interior do Estado, outros órgãos governamentais (SETA, prefeituras municipais, Funai) e, secundariamente, associações de produtores (ver tabelas 3 e 4).

¹⁷Dentre estas, à SETA foi repassada, no período considerado, cerca de metade do orçamento total do projeto.

Considerando-se a diversidade do elenco de atividades financiadas pelo Projeto das Microunidades Produtivas, os dados das tabelas 5 a 8 demonstram o privilegiamento, por parte das instituições envolvidas, de investimentos em determinados tipos de atividades, destacando-se a confecção, o artesanato, panifício e confeitaria, marcenaria e produtos de limpeza. No entanto, observam-se algumas diferenças institucionais, bem como regionais quanto a esses financiamentos. As atividades financiadas pelos órgãos governamentais (LBA, SETA e prefeituras municipais especialmente) correspondem, em geral, àquelas que tradicionalmente são incentivadas pelas políticas de assistência social: confecção, artesanato, produção de alimentos e produtos de limpeza. Ou seja, são atividades que podem ser classificadas como "tipicamente femininas". Como exceção, no caso, tem-se as marcenarias (atividade exclusivamente masculina), financiadas majoritariamente pela SETA no interior do Estado (especialmente nas regiões norte e oeste) e, igualmente pela SETA e LBA na RMC. A SETA aparece ainda como principal financiadora da confecção de produtos de limpeza e, na região norte, da confecção de artefatos em couro. As prefeituras municipais também repassaram recursos especialmente à atividade de confecção, embora nas regiões oeste e leste (Vale do Ribeira) destaquem-se atividades agropecuárias (apicultura e sericicultura), além do financiamento à pesca artesanal. Por sua vez, os postos indígenas da Funai, que participaram do projeto aplicaram os recursos em apicultura.

Quanto às instituições não-governamentais, dada a sua participação restrita no projeto no período considerado, os dados não permitem traçar um perfil regional dos financiamentos repassados, embora se verifique a concentração desses também em atividade de confecção na RMC e pesca artesanal no interior.

TABELA 5 - ATIVIDADES FINANCIADAS PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO,
SEGUNDO ENTIDADES AGENCIADORAS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1987-88

ATIVIDADE	ENTIDADES AGENCIADORAS				TOTAL
	LBA	SETA	Pref.	Outros	
Produção					
Padaria e Confeitaria	10	10	1	-	21
Conservas	-	5	-	-	5
Leite e Derivados	-	-	-	-	-
Farinheira/Moinho	1	4	-	-	5
Derivados de Porco	-	1	-	-	1
Beneficiamento de Cana	-	-	-	-	-
Beneficiamento de Erva-Mate	-	-	-	-	-
Temperos e Ervas Medicinais	-	-	-	-	-
Beneficiamento de Arroz	-	-	-	-	-
Marcenaria/Carpintaria	13	12	3	-	28
Serralheria/Metalurgia	6	2	1	-	9
Tecelagem/Tapeçaria/Estamparia	5	3	-	-	8
Artefatos de Cimento	3	3	-	-	6
Produtos de Limpeza e Higiene	1	7	1	-	9
Artefatos de Couro/Sapataria	7	5	-	-	12
Cosméticos	-	-	-	-	-
Olaria	-	-	-	-	-
Artefatos de Arame	-	-	-	-	-
Carvoria	-	-	-	-	-
Artefatos de Vime	-	-	-	-	-
Ferraria	-	-	-	-	-
Artesanato	41	10	1	-	52
Confecção	111	189	11	13*	324
Componentes Eletrônicos	1	-	-	-	1
Avicultura e Ovos	-	2	-	-	2
Criação de Coelhos	-	1	-	-	1
Suinocultura	1	-	-	-	1
Apicultura	-	1	1	-	2
Sericicultura	-	-	-	-	-
Horticultura	-	-	1	-	1
Viveiro de Mudas	-	-	-	-	-
Agropecuária	2	2	-	-	4
Pesca Artesanal/Psicultura	-	-	-	-	-
Outros	7	5	2	-	14
Comércio de Gêneros Alimentícios					
Fiqueiro	-	-	-	-	-
Cachorro Quente	-	-	-	-	-
Pastelaria	-	-	-	-	-
Outros	5	1	-	-	6
Prestação de Serviços					
Automóvel					
Funilaria/Mecânica	4	1	-	-	5
Borracharia	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Domiciliar					
Encanador/Eletricista	3	-	-	-	3
Vidraçaria	-	-	-	-	-
Pintura	2	-	-	-	2
Eletrodomésticos	3	-	-	-	3
Outros	-	-	-	-	-
Outros Serviços					
Cabelereiro/Massagista	7	1	-	-	8
Estofaria	8	-	1	-	9
Gráfica	1	1	1	-	3
Lavanderia	1	-	-	-	1
Outros	1	-	-	-	1
TOTAL	244	265	24	13	546

FONTE: Cadastro e processos - LBA, SEJA, fev. 1989

*ARTECAP

TABELA 6 - ATIVIDADES FINANCIADAS PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO,
SEGUNDO ENTIDADES AGENCIADORAS, NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1987-88

ATIVIDADE	ENTIDADES AGENCIADORAS				TOTAL
	LBA	SEJA	Pref.	Outros	
Produção	-	-	-	-	-
Padaria e Confeitaria	1	63	3	-	67
Conservas	-	1	-	-	1
Leite e Derivados	-	1	-	-	1
Farinheira/Moinho	-	-	-	-	-
Derivados de Porco	-	3	-	-	3
Beneficiamento de Cana	-	3	1	-	4
Beneficiamento de Erva-Mate	1	-	-	-	1
Temperos e Ervas Medicinais	-	1	-	-	1
Beneficiamento de Arroz	-	1	2	-	3
Marcenaria/Carpintaria	-	23	1	-	24
Serralheria/Metalurgia	-	9	1	-	10
Tecelagem/Tapeçaria/Estamparia	-	10	1	-	11
Artefatos de Cimento	-	7	1	-	8
Produtos de Limpeza e Higiene	-	43	1	-	44
Artefatos de Couro/Sapataria	5	19	3	-	27
Cosméticos	-	1	0	-	1
Olaria	-	1	0	-	1
Artefatos de Arame	-	-	-	-	-
Carvoria	-	-	-	-	-
Artefatos de Vime	-	3	1	-	4
Ferraria	-	-	-	-	-
Artesanato	17	42	6	-	65
Confecção	25	177	20	-	222
Componentes Eletrônicos	-	1	-	-	1
Avicultura e Ovos	-	12	-	-	12
Criação de Coelhos	-	-	-	-	-
Suínocultura	-	-	-	-	-
Apicultura	-	4	-	-	4
Sericicultura	-	-	-	-	-
Horticultura	-	7	2	-	9
Viveiro de Mudas	-	-	-	-	-
Agropecuária	-	2	-	2*	4
Pesca Artesanal/Psicultura	-	-	-	-	-
Outros	9	1	-	-	10
Comércio de Gêneros Alimentícios	-	-	-	-	-
Pipoqueiro	-	3	-	-	3
Cachorro Quente	-	9	-	-	9
Pastelaria	-	2	1	-	3
Outros	-	3	-	-	3
Prestação de Serviços	-	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-	-
Funilaria/Mecânica	-	-	-	-	-
Borracharia	-	-	-	-	-
Outros	-	1	-	-	1
Domiciliar	-	-	-	-	-
Encanador/Eletricista	-	-	-	-	-
Vidraçaria	-	-	-	-	-
Pintura	-	1	-	-	1
Eletrodomésticos	-	-	-	-	-
Outros	-	-	2	-	2
Outros Serviços	-	-	-	-	-
Cabeleireiro/Massagista	-	6	-	-	6
Estofaria	-	-	-	-	-
Gráfica	-	-	-	-	-
Lavanderia	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	49	468	47	2	566

FONTE: Cadastro e processos - LBA, SEJA, fev. 1989

*Postos Indígenas

TABELA 7 - ATIVIDADES FINANCIADAS PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO,
SEGUNDO ENTIDADES AGENCIADORAS, NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ - 1987-88

ATIVIDADE	ENTIDADES AGENCIADORAS				TOTAL
	LBA	SEJA	Pref.	Outros	
Produção					
Padaria e Confeitaria	2	50	2	-	54
Conservas	-	-	-	-	-
Leite e Derivados	-	10	-	-	10
Farinheira/Moinho	-	4	1	-	5
Derivados de Porco	-	2	1	-	3
Beneficiamento de Cana	-	6	-	-	6
Beneficiamento de Erva-Mate	-	3	-	-	3
Temperos e Ervas Medicinais	-	1	-	-	1
Beneficiamento de Arroz	-	1	-	-	1
Marcenaria/Carpintaria	2	24	2	-	28
Serralheria/Metalurgia	1	12	1	-	14
Tecelagem/Tapeçaria/Estamparia	-	5	-	-	5
Artefatos de Cimento	-	4	-	-	4
Produtos de Limpeza e Higiene	3	50	3	-	56
Artefatos de Couro/Sapataria	1	12	3	-	16
Cosméticos	-	1	-	-	1
Olaria	-	3	-	-	3
Artefatos de Arame	-	2	-	-	2
Carvoria	-	1	-	-	1
Artefatos de Vime	-	-	-	-	-
Ferraria	-	1	-	-	1
Artesanato	4	54	1	-	59
Confecção	8	155	11	-	174
Componentes Eletrônicos	-	1	4	-	5
Avicultura e Ovos	1	10	-	-	11
Criação de Coelhos	-	1	-	-	1
Suínocultura	-	3	-	-	3
Apicultura	-	1	-	-	1
Sericicultura	-	-	21	-	21
Horticultura	-	8	-	-	8
Viveiro de Mudas	-	-	1	-	1
Agropecuária	1	5	-	3*	9
Pesca Artesanal/Psicicultura	-	-	-	-	-
Outros	-	5	-	-	5
Comércio de Gêneros Alimentícios					
Pipoqueiro	-	1	-	-	1
Cachorro Quente	-	-	-	-	-
Pastelaria	-	2	-	-	2
Outros	-	9	-	-	9
Prestação de Serviços					
Automóvel					
Funilaria/Mecânica	1	2	1	-	4
Borracharia	1	-	-	-	1
Outros	-	-	-	-	-
Domiciliar					
Encanador/Eletricista	-	-	1	-	1
Vidraçaria	1	-	-	-	1
Pintura	-	-	-	-	-
Eletrodomésticos	-	-	-	-	-
Outros	-	2	-	-	2
Outros Serviços					
Cabelereiro/Massagista	-	2	-	-	2
Estofaria	-	-	-	-	-
Gráfica	-	-	-	-	-
Lavanderia	-	-	-	-	-
Outros	-	4	-	-	4
TOTAL	26	457	53	3	539

FONTE: Cadastramento e processos - LBA, SEJA, fev. 1989

*Postos Indígenas

TABELA B - ATIVIDADES FINANCIADAS PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO,
SEGUNDO ENTIDADES AGENCIADORAS, NA REGIÃO LESTE DO PARANÁ - 1987-88

ATIVIDADE	ENTIDADES AGENCIADORAS				TOTAL
	LBA	SEJA	Prof.	Outros	
Produção					
Padaria e Confeitaria	-	21	2	-	23
Conservas	-	6	-	-	6
Leite e Derivados	-	7	-	-	7
Farinheira/Moinho	-	7	-	-	7
Derivados de Porco	-	1	-	-	1
Beneficiamento de Cana	-	6	1	-	7
Beneficiamento de Erva-Mate	-	1	-	-	1
Temperos e Ervas Medicinais	-	-	-	-	-
Beneficiamento de Arroz	-	5	-	-	5
Marcenaria/Carpintaria	-	23	-	-	23
Serralheria/Metalurgia	-	6	-	-	6
Tecelagem/Tapeçaria/Estamparia	-	6	-	-	6
Artefatos de Cimento	1	4	-	-	5
Produtos de Limpeza e Higiene	2	15	-	-	17
Artefatos de Couro/Sapataria	-	6	-	-	6
Cosméticos	-	-	-	-	-
Olaria	-	-	-	-	-
Artefatos de Arame	-	1	-	-	1
Carvoria	-	1	-	-	1
Artefatos de Vime	-	-	-	-	-
Ferraria	-	1	-	-	1
Artesanato	6	44	2	-	52
Confecção	20	92	1	-	113
Componentes Eletrônicos	-	-	-	-	-
Avicultura e Ovos	-	8	-	-	8
Criação de Coelhoos	-	-	-	-	-
Suínocultura	-	6	-	-	6
Apicultura	-	18	40	-	58
Sericicultura	-	1	70	-	71
Horticultura	-	-	-	-	-
Viveiro de Mudas	1	1	-	-	2
Agropecuária	4	21	5	-	30
Pesca Artesanal/Psicicultura	-	21	25	16*	62
Outros	2	16	-	-	18
Comércio de Gêneros Alimentícios					
Pipoqueiro	-	-	-	-	-
Cachorro Quente	-	1	-	-	1
Pastelaria	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	-	1
Prestação de Serviços					
Automóvel					
Funilaria/Mecânica	3	-	1	-	4
Borracharia	-	-	1	-	1
Outros	-	-	-	-	-
Domiciliar					
Encanador/Eletricista	-	-	-	-	-
Vidracaria	-	-	-	-	-
Pintura	-	-	-	-	-
Eletrodomésticos	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Outros Serviços					
Cabelereiro/Massagista	2	-	1	-	3
Estofaria	2	-	-	-	2
Gráfica	-	-	-	-	-
Lavanderia	-	-	-	-	-
Outros	-	-	2	-	2
TOTAL	43	346	152	16	557

FORTE: Cadastramento e processos - LBA, SEJA, fev. 1989

*Colônia de Pescadores

Ao se efetuar a análise da distribuição regional dos recursos financeiros repassados pelas agências executoras do projeto, alguns cuidados precisaram ser tomados. Devido à inflação em 1987 e 1988 que, medidas pelo IGP-DI, foram respectivamente de 415,8% e 1.037,6%, elaboraram-se tabelas com valores nominais e valores reais, bem como suas participações percentuais. Vale ressaltar também que, em janeiro de 1989, houve alteração do padrão monetário de cruzado (instituído em fevereiro de 1986) para cruzado novo, o que implica estarem as tabelas com valores nominais e as com valores reais em unidades monetárias diferenciadas.

Nas tabelas 9 e 10 podem ser observados os volumes totais de recursos dispendidos no projeto, bem como a participação de cada mesorregião, no que se refere à SETA e outras entidades participantes do projeto, entre 1987-88 (prefeituras, associações, cooperativas etc.). Observa-se, a partir desses dados que, da mesma forma como ocorreu com o número de empreendimentos, em termos nominais, a SETA alocou mais recursos nas regiões norte e oeste. Trazendo os valores a novembro de 1989, verifica-se que as regiões mais beneficiadas continuaram sendo a norte (32,39%) e a oeste (27,06%), sendo a Região Metropolitana de Curitiba a que recebeu menos recursos no período, por parte da SETA.

TABELA 9 - VALORES NOMINAIS DOS RECURSOS DISTRIBUÍDOS PELA SEJA E DE MAIS ENTIDADES CONVENIADAS À LBA, SEGUNDO MESORREGIÕES, NO PARANÁ - 1987-88

Cz\$ 1,00

MESORREGIÃO	SEJA		DEMAIS	
	Abs.	%	Abs.	%
RMC	49.726.320	19,48	16.794.000	12,25
Norte	70.132.947	27,48	34.510.520	25,15
Leste	59.159.697	23,18	38.112.090	27,76
Oeste	76.217.009	29,86	47.796.700	34,84
TOTAL	255.235.960	100,00	137.213.310	100,00

FONTE: Cadastro e Processos - LBA, SEJA, Fev. 1989

TABELA 10 - VALORES REAIS DOS RECURSOS DISTRIBUÍDOS PELA SEJA
E DE MAIS ENTIDADES CONVENIADAS À LBA, SEGUNDO MESORREGIÕES, NO PARANÁ - 1987-88
(Ncz\$ 1,00 - nov./89)

MESORREGIÃO	SEJA		DEMAIS	
	Abs.	%	Abs.	%
RMC	884.950	17,98	207.401	10,66
Norte	1.594.188	32,39	512.710	26,36
Leste	1.110.567	22,57	486.575	25,02
Oeste	1.331.527	27,06	738.189	37,96
TOTAL	4.921.233	100,00	1.944.876	100,00

FONTE: Cadastramento e Processos - LBA, SEJA, fev. 1989

*Valores corrigidos pelo IGP-DI

Os demais agenciadores (excluídos a LBA e SETA) tiveram a maior parte dos recursos alocada, em termos reais e nominais, na região oeste. Considerando-se que o maior número de empreendimentos atendidos por essas entidades se concentra na mesorregião leste e que a região oeste ocupa o segundo lugar, pode-se concluir que os valores médios reais dos financiamentos, nessa última mesorregião, é superior aos daquela (em torno de Ncz\$ 13.000,00 e Ncz\$ 3.000,00, respectivamente). Os valores médios de financiamentos desses agentes nas mesorregiões norte e RMC foram de aproximadamente Ncz\$ 10 mil e Nzc\$ 6 mil.

Os valores médios reais dos financiamentos efetuados pela SEJA, em cada mesorregião, têm um desvio máximo de Ncz\$ 200,00 em torno da média de Ncz\$ 3.200,00. Esses valores, no caso das demais parcerias, seriam, respectivamente, de Ncz\$ 5.000,00 e Ncz\$ 8.000,00.

Ao se avaliarem essas considerações quanto aos financiamentos da LBA, alguns cuidados devem ser tomados. Tem sido prática da LBA deletar os dados referentes a financiamentos já quitados. Nesse sentido, a listagem do total de financiamentos realizados no período considerado pode estar incompleta. Observando-se, porém, as datas dos financiamentos de 1987, considerando-se que o prazo total para o

ressarcimento é de 24 meses, e que a listagem sobre a qual se trabalhou é de início de 1989, mesmo que alguns beneficiados tenham quitado sua dívida antecipadamente, essa proporção não deve ser muito significativa.

As tabelas 11 e 12 apresentam, respectivamente, os valores nominais e reais, dos recursos alocados em cada mesorregião pela LBA, em 1987 e 1988, bem como sua participação relativa. Fica clara, em ambas, a excelência dos financiamentos para a Região Metropolitana de Curitiba e os baixos recursos destinados às mesorregiões oeste e leste. Outra constatação que salta aos olhos é a redução dos financiamentos executados diretamente pela LBA, entre 1987 e 1988. Mais uma vez, é importante lembrar que isso está de acordo com a política de descentralização da execução direta adotada pela instituição, no sentido de se tornar repassadora dos recursos, e, enquanto tal, responsável pela coordenação e supervisão do projeto.

TABELA 11 - VALORES NOMINAIS DOS RECURSOS DISTRIBUÍDOS PELA LBA, SEGUNDO MESORREGIÕES, NO PARANÁ - 1987-88
(Cz\$ 1,00)

MESORREGIÃO	1987		1988	
	Abs.	%	Abs.	%
RMC	15.762.499	62,48	12.117.321	80,25
Norte	4.666.141	18,50	-	-
Leste	2.877.759	11,40	2.911.270	19,29
Oeste	1.922.295	7,62	70.000	0,46
TOTAL	25.228.694	100,00	15.098.591	100,00

FONTE: Cadastramento - LBA, fev. 1990

TABELA 12 - VALORES REAIS* DISTRIBUÍDOS PELA LBA, SEGUNDO MESORREGIÕES, NO PARANÁ - 1987-88
(Cz\$ 1,00 nov/89)

MESORREGIÃO	1987		1988	
	Abs.	%	Abs.	%
RMC	1.335.700	69,95	214.114	72,63
Norte	327.787	17,17	-	-
Leste	70.326	3,68	77.968	26,45
Oeste	175.718	9,20	2.730	0,92
TOTAL	1.909.530	100,00	294.813	100,00

FONTE: Cadastramento - LBA, fev. 1990

*Valores corrigidos pelo IGP-DI

Assim, os valores médios dos financiamentos realizados diretamente pela LBA, em termos reais, em 1987, estavam em torno de Ncz\$ 7 mil. Em 1988, reduziram-se drasticamente, ficando em aproximadamente Ncz\$ 3 mil, aproximando-se do valor real médio dos repasses efetuados pela SETA.

Os valores nominais médios de repasses para cada região são bastante díspares, assim como os reais. Isso se deve não só à atualização dos valores nominais, mas também ao fato de se ter levado em consideração o prazo de espera dos recursos, após sua solicitação aos agentes executores, conforme será observado adiante.

Somando-se todos os valores reais alocados em cada mesorregião, constata-se que a Norte e Oeste foram agraciadas com aproximadamente 30% dos recursos. A mesorregião que recebeu menos recursos foi a Metropolitana de Curitiba. Como sua participação no número de financiamentos é de aproximadamente 25%, os valores reais médios de repasses tendem a ser menores (tabela 13).

TABELA 13 - VALORES REAIS DISTRIBUÍDOS PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO, SEGUNDO MESORREGIÕES, NO PARANÁ - 1987-88

(Ncz\$ 1,00 nov. 89)

MESORREGIÃO	Abs.	%
RMC	1.306.466	18,24
Norte	2.106.899	29,42
Leste	1.675.110	23,39
Oeste	2.072.446	28,94
TOTAL	7.160.921	100,00

FONTE: Cadastramento e processos - LBA, SEJA, fev. 1989

O significado desses valores pode ser dimensionado considerando-se a participação da LBA no orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social. Segundo dados disponíveis, essa participação tem sido bastante restrita: entre 1980-85, a média foi de

1,1% das despesas gerais,⁴⁹ sendo que em 1986 (data de lançamento do projeto em questão) ocorreu um aumento para 1,6% do dispêndio geral.⁴⁹ Esse ligeiro acréscimo pode ser considerado resultante de uma "maior" ênfase dada às políticas sociais pela Nova República,⁵⁰ como forma de compensar as camadas mais pobres da população pela opção efetuada de modelo de desenvolvimento.

Segundo Medeiros, nessa época a concepção mais global presente nos documentos e ação do Governo da Nova República enfatizava os seguintes aspectos:

- o reconhecimento da dramaticidade do quadro social, seja pela extrema concentração relativa da renda, seja pela pobreza absoluta que atinge cerca de 30% da população brasileira;
- a constatação dos perversos efeitos sociais gerados pela crise econômica;
- a crítica à concepção conservadora - predominante nos governos anteriores - de considerar o social um subproduto do desenvolvimento econômico;
- a necessidade de um programa estratégico visando resgatar o déficit social, ao lado de programas emergenciais de curto prazo.⁵¹

Nesse contexto é que foi lançado, em fevereiro de 1986, o Projeto das Microempresas Sociais, embora tenha começado a ser efetivamente implementado apenas no terceiro trimestre do mesmo ano. O montante de recursos destinados à sua execução, em território nacional, foi, na época, de Cz\$ 152.221.218,14,⁵² o que representava 6,9% do orçamento da LBA. Desse montante, a região sul do país recebeu 30,90%, o que, em termos do orçamento global da instituição, significou uma alocação de 16,5% de seus recursos.

⁴⁹UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Brasil 1986 : relatório sobre a situação social do país. Campinas, 1988. 341p. p.202.

⁴⁹UNIVERSIDADE, p.202.

⁵⁰Vale lembrar que na época era corrente o slogan "Tudo pelo Social".

⁵¹MEDEIROS, Carlos Aguiar. Os impactos sociais da crise econômica, políticas sociais e transição democrática. Rio de Janeiro : UFRJ/IEI, 1987. 80 p. (Texto para discussão, 132).

⁵²TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Assistência na previdência social : uma política marginal. In : SPOSATI, Aldaiza et al. Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo : Cortez, 1989. p.31-109.

Foram instalados, naquele ano, em todo o país, 4.863 microempresas sociais e 150.858 pessoas foram beneficiadas.⁸² No Paraná, particularmente, o número de unidades então instaladas foi pequeno, abaixo de uma dezena,⁸⁴ uma vez a Superintendência ainda tratava da organização local do projeto.

Já, em 1987, o montante alocado no Estado, segundo informações colhidas na LBA, foi de aproximadamente de Cz\$ 59 bilhões (moeda corrente), o que representava em torno de 12,5% do orçamento da área finalista da Superintendência estadual. Nesse mesmo ano, a SETA fez uso de 20% do orçamento do projeto, a partir de convênio com a LBA para a implantação piloto de algumas microunidades de produção.

Em 1988, os convênios para execução indireta do projeto fizeram uso da maior parcela dos recursos repassados pela LBA (cerca de 96% do total alocado).

A tabela 14 sintetiza esses dados, apresentando a distribuição dos montantes dispendidos ano a ano, pelo projeto como um todo, no Paraná, entre os agentes executores, segundo registros da LBA.

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DIVERSAS INSTITUIÇÕES EXECUTORAS DO PROJETO DAS MUPs NO TOTAL DOS RECURSOS DESTINADOS AO PROJETO, NO PARANÁ - 1987-89

INSTITUIÇÃO	1987	1988	1989
LBA	76,04	4,29	5,10
SEJA	20,09	70,61	43,14
Demais Convênios	3,87	25,10	51,76
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: Relatório e Balanço da LBA

Em termos nacionais, a parcela apropriada pelo Paraná, do montante global destinado ao projeto pela LBA, não foi elevado, flutuando de 1,61% a 3,53%, respectivamente, em 1987 e 1988. Consi-

⁸²TEIXEIRA, p.80-81.

⁸⁴KLEVER, Lizette Iracema. Entrevista da Coordenadora de Administração, concedida em 23 ago. 1989.

derando-se, porém, o orçamento da Superintendência do Paraná, o projeto das MUPs consumiu, em 1987, 1988 e 1989 cerca de 12,5%, 14,65% e 2,78%, respectivamente, constituindo-se nos dois primeiros anos no terceiro mais importante projeto em termos de absorção de recursos. A redução na alocação de recursos, em 1989, deveu-se à reforma interna da LBA, efetuada ao final de 1988 e início daquele ano, bem como à implantação do sistema de acompanhamento e controle dos projetos, o que dificultou a execução de contratos diretos com os usuários, bem como o estabelecimento de convênios. As microunidades financiadas com recursos de 1989 não compõem, contudo, o universo da pesquisa, uma vez que esse foi mapeado com relatório fornecido em fevereiro desse ano.

3 ANÁLISE DOS CASOS PESQUISADOS

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando-se o caráter comparativo desta pesquisa, o trabalho foi estruturado em três etapas. Na primeira, visou-se à reconstituição da trajetória do projeto no Paraná e o mapeamento do universo de investigação; realizaram-se entrevistas e levantamento de documentos e dados junto aos principais financiadores e/ou executores do projeto - LBA e SETA. Desse primeiro contato com os agenciadores, resultou a obtenção de dados relativos ao projeto (objetivos, população-alvo, critérios de seleção dos beneficiários e das atividades, condições de financiamento e ressarcimento dos empréstimos etc.), bem como sobre as microunidades produtivas financiadas (número de empreendimentos, atividades, valor dos financiamentos, número de beneficiários, distribuição regional das microunidades produtivas etc.).

Esses dados possibilitaram, de um lado, periodizar a trajetória do projeto e, de outro, elaborar uma tipologia dos empreendimentos cujos contratos de financiamento se encontravam à época em vigência.²⁵ Como se pode observar no Anexo 1, as microunidades de produção foram classificadas segundo o caráter da atividade: produção, comércio e prestação de serviços. Em seguida, o universo da investigação foi tabulado por mesorregião, segundo as agências financiadoras e/ou conveniadas e tipos de atividades financiadas (ver tabelas 5 a 8),

²⁵Os contratos de financiamentos relativos a 1986 e primeiros meses de 1987 não constavam das listagens de computador fornecidas pela LBA. Isso porque, uma vez terminada a vigência do contrato, os dados são deletados. Além disso, tendo ocorrido nesse intervalo mudanças substanciais na equipe executora do projeto na LBA, perderam-se vários dos processos envolvendo esses primeiros contratos. Na impossibilidade de acesso a esses dados, optou-se pela circunscrição desse trabalho aos empreendimentos com contrato de financiamento em vigência à época da pesquisa.

informações que foram totalizadas segundo a distribuição dos financiamentos do projeto por entidade e mesorregião (ver tabelas 3 e 4).²⁴

Elaborou também uma descrição da evolução da economia nacional, no período 1986-89, bem como de alguns aspectos da economia estadual, para a constituição de um pano de fundo a partir do qual se dará a análise do projeto. Embora, aparentemente, não tenha havido influência direta da conjuntura econômica na determinação do projeto, esse tem influência sobre os beneficiários e o desempenho de seus empreendimentos.

A segunda etapa de trabalho envolveu a definição da amostra para a investigação de campo e elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Uma vez que o levantamento inicial do universo de investigação indicou que a maioria dos financiamentos se concentravam sobretudo em cinco tipos de atividades (confeccção, artesanato, marcenaria, panifício/confeitaria e produtos de limpeza) e que essa concentração era recorrente em todo o Estado, optou-se por centralizar a pesquisa de campo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), servindo os dados relativos às outras regiões do Estado como contraponto para fins comparativos.

Tendo adotado como critérios de seleção da amostra tanto a recorrência das atividades, quanto sua eventual especificidade regional, além da participação diferenciada das diversas instituições envolvidas no projeto, definiu-se, a partir de cálculos estatísticos (Anexo 2), que o universo de investigação de campo seria composto por 85 microunidades produtivas. Desse total, 32 foram pesqui-

²⁴As tabelas 3 a 13 foram elaboradas com base nas listagens - relatório da LBA e SEJA - obtidas que apresentam o rol das microunidades financiadas e compõem o universo da pesquisa. A tabela 14 foi elaborada a partir dos balanços e controles da LBA sobre alocação de recursos. Uma vez que esses dados só foram obtidos em valores nominais e não se têm as datas de repasse, o que impede a atualização dos valores, optou-se por apresentar os percentuais de participação das entidades executoras no montante global alocado ao projeto. Deixa-se então de lado a evolução real dos recursos, cuja informação procurou-se suprir com o percentual dos recursos estaduais da área finalística alocados nesse projeto.

sadas na Região Metropolitana de Curitiba, abarcando os Municípios de Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. As 53 restantes foram pesquisadas no interior do Estado, localizando-se 14 delas na região Oeste, 15 na região Norte e 24 na região Leste (14 no Litoral e 10 na região de Ponta Grossa).

O mapa 1 explicita a distribuição espacial da amostra, enquanto as tabelas 15 a 18 detalham essa informação, apresentando o número de empreendimentos investigados por região e município, segundo o tipo de atividade e instituição agenciadora.

Como ressalva, é importante indicar que essa amostra de pesquisa privilegia as atividades de produção por serem elas dominantes dentre as atividades financiadas. Além disso, vale frisar que apesar de o universo de investigação compreender apenas microunidades cujos contratos de financiamento se encontravam à época em vigência (contratos firmados entre meados de 1987 e ao longo de 1988), os empreendimentos pesquisados apresentam condições diversas de financiamento: encontram-se na amostra desde atividades que tinham sido recém-financeiadas, até empreendimentos que haviam quitado o empréstimo, antecipando o término do ressarcimento. Por outro lado, dentre as microunidades investigadas, constam também empreendimentos recém-instalados, assim como atividades desenvolvidas há alguns anos por beneficiários do projeto e, ainda, quatro empreendimentos cujas atividades haviam sido desativadas (temporária ou definitivamente).

Complementa esse quadro o fato de a amostra investigada abarcar, acompanhando a trajetória do projeto, tanto empreendimentos individuais, como atividades desenvolvidas por grupos familiares e não-familiares, ainda que esses últimos sejam pouco significativos na totalidade da amostra, já que seu número é também reduzido no universo da investigação como um todo.

MAPA 1
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
DA PESQUISA DE CAMPO
1989

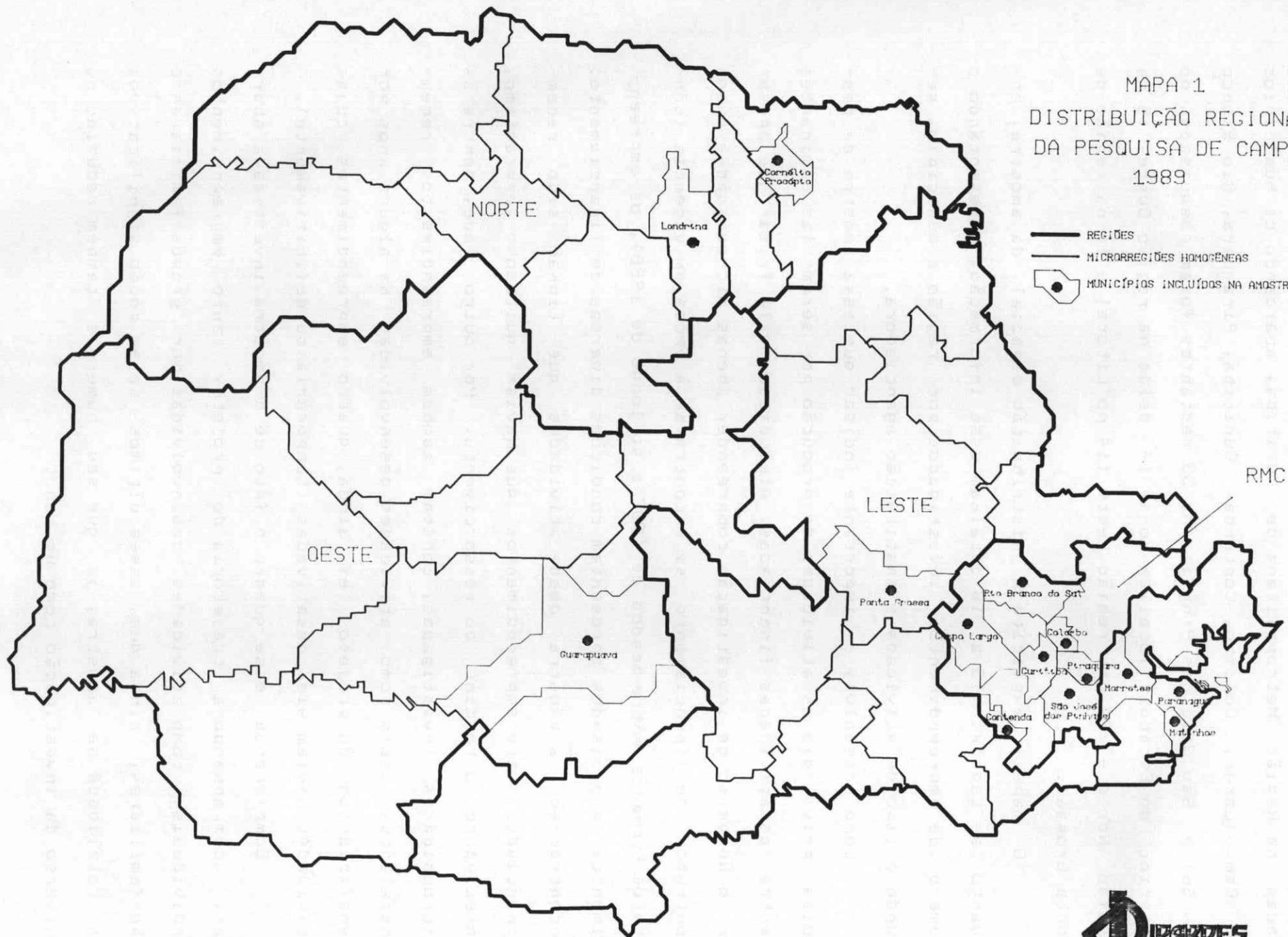


TABELA 15 - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS POR INSTITUIÇÃO AGENCIADORA E MUNICÍPIOS, SEGUNDO ATIVIDADES, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1989

ATIVIDADE PESQUISADA	TOTAL	FLBA	SETA	PM	CAMPO	COLOMBO	CONTENDA	CURITIBA	PIRA-	RIO BR.	SÃO
	DE EMPR. PESQUISADOS				LARGO				QUARAÍ	DO SUL	JOSÉ DOS PINHAIS
Confeção	10	5	1	4	-	2	1	3	-	1	3
Artesanato	4	3	-	1	-	-	-	3	-	-	1
Produtos de Limpeza	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Marcenaria	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Sericicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuária	2	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-
Fanificio/Confeção	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Serigrafia	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Artefatos em Couro	2	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Construção Civil	2	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Tecelagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sorvete	2	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Artefatos em Vime	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Moinho/Farinheira	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Conservas	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Cunicultura	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Funilaria	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Estofaria	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Cabeleireira	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Cachorro Quente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	32	22	4	6	-	4	3	17	2	1	5

FONTE: Pesquisa de campo, abr.-ago. 1989 - IPARDES

TABELA 16 - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS, POR INSTITUIÇÃO AGENCIADORA E MUNICÍPIOS, SEGUNDO ATIVIDADES, NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1989

ATIVIDADE PESQUISADA	TOTAL DE	INSTITUIÇÃO AGENCIADORA			MUNICÍPIO	
	EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS	LBA	SEJA	PM	Londrina	Cornélio Procopio
Confeção	2	-	2	-	2	-
Artesanato	2	-	1	1	2	-
Produtos de Limpeza	2	-	2	-	1	1
Marcenaria	2	-	2	-	1	1
Sericicultura	-	-	-	-	-	-
Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Fanificio/Confeção	2	-	1	1	2	-
Serigrafia	1	-	1	-	-	1
Artefatos em Couro	2	-	-	2	2	-
Construção Civil	1	-	-	1	1	-
Tecelagem	-	-	-	-	-	-
Sorvete	-	-	-	-	-	-
Artefatos em Vime	1	-	-	1	1	-
Moinho/Farinheira	-	-	-	-	-	-
Conservas	-	-	-	-	-	-
Cunicultura	-	-	-	-	-	-
Funilaria	-	-	-	-	-	-
Estofaria	-	-	-	-	-	-
Cabeleireira	-	-	-	-	-	-
Cachorro Quente	-	-	-	-	-	-
Pesca	-	-	-	-	-	-
TOTAL	15	-	9	6	12	-

FONTE: Pesquisa de campo, abr.-ago. 1989 - IPARDES

TABELA 17 - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS, POR INSTITUIÇÃO AGENCIADORA E MUNICÍPIOS, SEGUNDO ATIVIDADES, NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ - 1989

ATIVIDADE PESQUISADA	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS	INSTITUIÇÃO AGENCIADORA			DIST. ATIVIDADES POR MUNICÍPIO
		LBA	SETA	PM	
Confecção	2	-	2	-	2
Artesanato	1	-	1	-	1
Produtos de Limpeza	1	-	1	-	1
Marcenaria	1	-	1	-	1
Sericicultura	5	-	-	3	3
Agropecuária	-	-	-	-	-
Panifício/Confecção	2	-	2	-	2
Serigrafia	-	-	-	-	-
Artefatos em Couro	2	-	1	-	1
Construção Civil	-	-	-	-	-
Tecelagem	2	-	2	-	2
Sorvete	-	-	-	-	-
Artefatos em Vime	-	-	-	-	-
Moinho/Farinheira	-	-	-	-	-
Conservas	-	-	-	-	-
Cunicultura	-	-	-	-	-
Funilaria	-	-	-	-	-
Estofaria	-	-	-	-	-
Cabeleireira	1	-	1	-	1
Cachorro Quente	-	-	-	-	-
Pesca	-	-	-	-	-
TOTAL	14	-	11	3	14

FONTE: Pesquisa de campo, abr.-ago. 1989 - IPARDES

TABELA 18 - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS, POR INSTITUIÇÃO AGENCIADORA E MUNICÍPIOS, SEGUNDO ATIVIDADES, NA REGIÃO LESTE DO PARANÁ - 1989

ATIVIDADE PESQUISADA	TOTAL DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS	INSTITUIÇÃO AGENCIADORA				MUNICÍPIO			
		LBA	SETA	PM	Outros	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Ponta Grossa
Confecção	3	-	3	-	-	-	1	-	2
Artesanato	4	1	3	-	-	-	-	1	3
Produtos de Limpeza	1	-	1	-	-	-	1	-	-
Marcenaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sericicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Panifício/Confecção	3	-	3	-	-	-	1	-	2
Serigrafia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artefatos em Couro	1	1	-	-	-	-	-	-	1
Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecelagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sorvete	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artefatos em Vime	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Moinho/Farinheira	1	-	1	-	-	-	-	1	-
Conservas	4	-	4	-	-	-	3	-	1
Cunicultura	1	1	-	-	-	-	-	-	1
Funilaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estofaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cabeleireira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachorro Quente	1	-	1	-	-	-	-	1	-
Pesca	5	-	-	-	5	4	-	1	-
TOTAL	24	3	16	-	5	4	6	4	10

FONTE: Pesquisa de campo, abr.-ago. 1989 - IPARDES

Essa composição da amostra foi estruturada através da pesquisa de campo, terceira etapa deste trabalho. Essa fase se desdobrou em dois momentos. Num primeiro, realizou-se pesquisa-piloto na Região Metropolitana de Curitiba, durante os meses de abril a junho de 1989, durante os quais foram entrevistados técnicos das agências locais executoras e/ou financiadoras do projeto (LBA, prefeituras, EMATER-PR, etc.) e contactados 50 dentre os empreendimentos financiados na região.²⁷ O segundo momento consistiu na extensão da pesquisa de campo às demais regiões do Estado, o que foi realizado entre julho e agosto de 1989.

Nessa etapa, foram utilizados como instrumentos de pesquisa entrevistas e questionários. As entrevistas foram realizadas com os técnicos locais das agências financiadoras e/ou executoras do projeto (LBA, SETA, prefeituras, cooperativas, associações de produtores etc.) e com funcionários de órgão de apoio técnico (geralmente a EMATER-PR), tendo em vista o detalhamento de informações obtidas na primeira etapa da pesquisa: forma de divulgação e implantação local do projeto, critérios de seleção dos beneficiários, número de empreendimentos financiados e volume de recursos repassados, atividades financiadas, forma de supervisão adotada para controle do ressarcimento etc. Os questionários, por sua vez, foram aplicados aos beneficiários do projeto, com a finalidade de detalhar informações sobre como tiveram acesso ao projeto e porque a ele recorreram, valor dos financiamentos obtidos e prazo envolvido entre a sua elaboração e o repasse dos recursos, destinação dos financiamentos, condições de funcionamento das atividades e de comercialização dos produtos ou serviços, dificuldades enfrentada, etc. Além disso, através dos questionários, obtiveram-se informações que permitiram

²⁷Desse total, 14 dos beneficiários não foram encontrados no local quando da visita, 1 deles havia se mudado para o interior, 2 microunidades encontravam-se desativadas e 1 havia sido vendida.

traçar o perfil sócio-econômico dos beneficiários e apontar a avaliação que fazem do projeto.

No que se refere à análise econômica, efetuada com base nos dados obtidos junto aos empreendimentos pesquisados, faz-se necessário tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, a avaliação de projetos, bem como a determinação da viabilidade econômica de empreendimentos desse gênero não podem ser elaboradas segundo os critérios convencionais. Os estudos de mercado, definição de tamanho e localização da planta, projeto de engenharia, determinação do *lay-out*, bem como planilhas de custos e receitas, dentre outros, não são compatíveis com a proporção dessas atividades. Vale ressaltar que, em muitos casos, trata-se de grupos constituídos por três pessoas que trabalham na confecção de roupas infantis, na confecção de bonecas ou ainda que produzem conservas alimentares, sendo que a maioria possui baixo nível de escolaridade, e, portanto, dificilmente teria condições de se ocupar de todos esses estudos, ou de aplicá-los após efetuados.

Nas fichas-proposta de financiamentos entregues aos agentes financiadores encontra-se uma sumária descrição do processo produtivo empregado, da forma de comercialização, bem como especificação da produção periódica, receita bruta estimada, material de consumo, outros encargos, equipamentos etc. Essas fichas são preenchidas pelos assistentes sociais com informações dadas pelos requerentes. Embora algumas dessas propostas pudessem ser analisadas com vistas à elaboração de um estudo de viabilidade econômica, os valores e especificações eram excessivamente aproximativos para se abandonarem esses dados de avaliação. Optou-se, então, por efetuar a análise a partir de critérios mais subjetivos (poder de fixação de preço, objetivo do financiamento, capacidade de adquirir o que pretendia a partir dos recursos obtidos, proporção da renda da microunidade pro-

dutiva na renda familiar, margem de lucro, comercialização etc.) e criaram-se alguns indicadores tais como: índice de funcionamento e índice de desativação.

Por taxa de funcionamento, entende-se a proporção do número de microunidades produtivas que estão efetivamente em operação, mesmo que precária (produzem e comercializam alguma coisa), com relação ao total de entrevistados somados às informações colhidas junto aos executores sobre outros empreendimentos financiados.

No índice de desativação, calculou-se a proporção entre as atividades desativadas e desaparecidas dentre o total de entrevistados e de informações colhidas junto aos agenciadores.

Vale ressaltar que, do total de entrevistados e informações colhidas, não foi criado qualquer índice que envolva a proporção de não-encontrados, ou em implantação. Aqueles, muitas vezes, não estão desaparecidos, apenas mudaram de endereço, ou não se encontravam no local no momento da pesquisa e, dada a limitação desta, não prestaram informações para serem devidamente enquadrados. No que tange aos empreendimentos em implantação, sua não-inclusão em qualquer dos índices é bastante óbvia.

Os valores monetários para efeito de cálculo da desvalorização entre os momentos da solicitação e de recebimento dos recursos, bem como o cálculo dos valores totais dos financiamentos por instituição (ver tabelas 8, 10 e 11), foram obtidos a partir de atualização através do IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Os valores de renda familiar e receita bruta da atividade foram atualizados pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A justificativa para a escolha de tais índices se deve ao fato de que o primeiro envolve uma gama mais completa de bens de consumo e de capital, sendo, portanto, o mais abrangente para a atualização de

valores que se destinariam à aquisição de equipamentos, instrumentos, insumos e/ou matérias-primas das mais diversas atividades.

O INPC foi empregado para a correção dos valores de receita e renda porque, conforme será explicitado na análise, a maior parte, quando não a totalidade, da receita da atividade se destina à manutenção do(s) grupo(s) familiar(es) e, nesse caso, o índice abrange uma cesta compatível com o destino desses recursos.

Não foi feita a opção pelo salário mínimo como índice, devido à distorção provocada pela política salarial, ou seja, não sendo corrigida a cada período apenas pela variação do nível geral de preços, conforme uma cesta determinada, mas sim acrescida essa variação de um percentual determinado pelo Governo, os valores em salários mínimos superestimariam os valores em cruzados novos. Optou-se, então, pela correção dos valores através do INPC e sua posterior transformação em salários mínimos de janeiro/90.

Chama-se a atenção para o fato de que os valores monetários atualizados devem ser observados com a mesma cautela que se deve ter com os próprios indicadores, levando-se em consideração, portanto, suas limitações. Acrescente-se a isso que, em uma economia em processo de aceleração inflacionária, a memória numérica dos agentes se torna bastante frágil.

Na análise relativa ao processo produtivo, optou-se pelos conceitos de Baumol no que tange à produção artesanal, em série e contínua. A primeira indica que o agente executor domina por completo o processo e elabora cada peça por completo antes de iniciar a seguinte. Por produção em série entende-se que o agente conhece o processo produtivo em sua totalidade, mas opera através de lotes, ou seja, trabalha em fases, finalizando uma após a outra, até que, ao final, obtém um número maior de peças prontas. Na produção contínua, é possível que os agentes tenham ciência do processo global, no

entanto, verifica-se a divisão clara de tarefas entre os participantes, de modo que não haja paradas na linha de montagem e as peças sejam iniciadas e finalizadas continuamente.

A nível de setores como os abrangidos pela pesquisa, não há distinção entre os proprietários dos meios de produção e os seus usuários. Mesmo nos casos em que se verificou a contratação de mão-de-obra, o beneficiário do financiamento é proprietário do empreendimento - trabalha em conjunto com o(s) contratado(s).

3.2 ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DAS MICROUNIDADES PRODUTIVAS NO PARANÁ

Os dados da amostra indicam que foram basicamente duas as formas de divulgação do projeto em todo o Estado: através das redes informais de relações sociais (contato com amigos, parentes, vizinhos e/ou outros beneficiários do projeto, associações de bairro etc.) e por intermédio de técnicos que atuam em projetos sociais (assistentes sociais da LBA, SETA e prefeituras, agrônomos da EMATER-PR, etc). Raramente, segundo esses mesmos dados, foram utilizados meios de comunicação de massa.

Embora não seja possível generalizar para o universo de investigação como um todo, a pesquisa realizada indica que, de modo geral, recorreram ao projeto moradores da área urbana, a maioria deles residentes na periferia dos municípios investigados. À exceção da região Norte, onde a maioria dos beneficiários são migrantes de outros estados, os demais são predominantemente naturais do Paraná. De um modo geral, porém, os entrevistados não são migrantes recentes nos atuais municípios de residência, já que a maioria mora no local há mais de cinco anos.

Concentrados na faixa etária dos 30 a 49 anos e tendo escolaridade variável entre primário incompleto e ginásio incompleto, a maioria dos beneficiários, segundo a amostra, são mulheres, casadas,

cujos filhos residentes se concentram na faixa dos 7 a 14 anos. Apenas na RMC e Ponta Grossa (região Oeste) verificou-se também significativa participação de filhos maiores de 18 anos no grupo familiar. Compondo-se o grupo doméstico predominantemente de 4 a 5 membros, apenas na RMC observou-se ser representativa a presença de agregados (quase 1/4 da amostra da região), sugerindo ser esse fenômeno resultante da intensidade do processo de migração de outras regiões para a RMC.

De acordo com a amostra investigada, a atividade financiada por esse projeto da LBA constitui a **única** ocupação da maioria dos beneficiários. Entre aqueles que exercem outras atividades, a **outra** ocupação constitui, em geral, a principal atividade, à exceção de alguns casos encontrados no litoral (região Leste), onde, apesar de alguns entrevistados exercerem outras ocupações, a microunidade constitui sua principal atividade.

Considerando-se, porém, que a maioria dos beneficiários do projeto são mulheres e que as atividades financiadas, em sua maioria, podem ser classificadas como tipicamente "femininas" (confeccões, artesanato e panifício/confeitaria), observa-se que, de modo geral, os financiamentos do Projeto das Microunidades Produtivas foram inicialmente concedidos a atividades cujos organizadores pretendiam a complementação da renda familiar.

Dados da amostra referentes à composição do orçamento doméstico e à inserção dos membros do grupo familiar no mercado de trabalho sugerem o mesmo. Segundo esses, considerando-se que no grupo doméstico dos entrevistados predominam os filhos menores, em geral quem trabalha é o casal, constituindo a atividade da microunidade fonte de suplementação da renda do chefe da família. Os filhos maiores de 15 anos, na região Norte e em Ponta Grossa (região Leste), também aparecem integrados ao mercado de trabalho, enquanto na RMC o mesmo se dá apenas com filhos maiores de 18 anos, sendo que em ambos os casos

observa-se, de um modo geral, a sua participação na complementação do orçamento familiar.

O trabalho autônomo, porém, não aparece como objetivo inicial característico daqueles envolvidos na atividade da microunidade. A amostra investigada indica que o trabalho autônomo também é exercido predominantemente por outros membros do grupo doméstico na região Oeste e em Ponta Grossa (região Leste), ao passo que na região Norte e Litoral (região Leste) predomina, entre os demais membros do grupo familiar, o trabalho com vínculo empregatício formalizado. Já, na RMC, a combinação dessas duas formas de inserção no mercado de trabalho aparece de modo recorrente.

Como a maioria dos beneficiários do projeto, de acordo com a amostra, possuía experiência de trabalho no ramo, verificou-se que parcela significativa dos entrevistados buscaram os recursos deste financiamento para reinvestimento na atividade (47,7% do total). Como alternativa de emprego para quem não trabalhava, estava desempregado, ou "fazia bico", os financiamentos pesquisados representam 16,5% da amostra (14 casos), sendo esse também o estrato da amostra correspondente àqueles que solicitaram recursos para o desenvolvimento da atividade, a título de complementação de renda. O recurso ao projeto com vistas ao desenvolvimento de um trabalho autônomo aparece na amostra como justificativa de 16,4% dos entrevistados, sendo que entre esses estão incluídos tanto os que já exerciam a atividade como empregados ou "fazendo bico", quanto aqueles que a iniciaram a partir desse financiamento.

Analisando-se os dados sob outra ótica, em torno de 65% dos empreendimentos financiados na Região Metropolitana de Curitiba solicitaram recursos para efetuar reinvestimentos, ou seja, para melhorar, ampliar ou sustentar atividades já em funcionamento, mesmo que precárias e/ou exercidas como *hobby*, ou complementação da renda.

Desse total, cerca de 70% pretendia adquirir equipamentos ou instrumentos e o restante, utilizar os recursos para capital de giro, em geral, aquisição de matérias-primas.

Nas demais regiões do Estado, a proporção dos financiamentos para reinvestimentos se eleva nas mesorregiões Leste (litoral e região de Ponta Grossa) e Norte. Apenas na Oeste houve uma relação inversa, onde a maior parte dos financiamentos foi utilizada para a instalação dos empreendimentos (principalmente nos casos de sericicultura).

Não raro, constatou-se que, devido à impossibilidade de aquisição do equipamento pretendido, dado o hiato de tempo entre a data de solicitação dos recursos e seu recebimento, os beneficiários do projeto acabam por optar em dividi-los entre instrumentos e matérias-primas.

Na RMC, onde predominam os financiamentos da LBA, 1/3 das atividades são individuais, ao passo que nas demais regiões e nos financiamentos que envolvem a intermediação de outras entidades predominam os financiamentos a grupos de trabalho, majoritariamente familiares.²⁰ Como exceção, nesse último caso, destacam-se os financiamentos à pesca, também individuais em função da própria estrutura tradicional de organização da atividade.

É importante, porém, assinalar que essa diferenciação nos financiamentos da RMC e, especialmente, da LBA, em relação às demais entidades executoras do projeto, remete à sua própria trajetória. Como já foi mencionado, a participação da LBA no repasse direto de recursos a microunidades produtivas foi predominante em 1987, além de concentrado na RMC, sendo que, nesse período, prevalecia como diretriz o financiamento a atividades individuais. Somente a partir de 1988, quando se deu início ao processo de descentralização na execução do projeto através da promoção de parcerias (com a SETA,

²⁰Da amostra pesquisada, pouco menos de 25% dos financiamentos se apresentam como destinados a atividades individuais.

prefeituras, associações e cooperativas) é que a LBA redefiniu, como diretriz, o financiamento preferencial a grupos de trabalho, familiares ou não.

A amostra investigada revela, no entanto, a existência de um número maior de empreendimentos individuais do que sugerem os contratos de financiamento. Ou seja, obedecendo apenas **formalmente** a esse requisito do projeto, vários, dentre os empreendimentos pesquisados, constituíam atividade individual, embora constassem como grupos familiares (17,6% da amostra) ou não-familiares (3,5% da amostra).²⁹ É interessante assinalar que, dentre esses casos, observaram-se alguns em que ocorreu a divisão dos recursos recebidos entre o casal e/ou outros sócios (em geral parentes), tendo em vista a organização e/ou reinvestimento em duas atividades a partir de um único financiamento.³⁰

A maioria dos empreendimentos pesquisados funciona no espaço doméstico. Em vários casos, observou-se que a atividade produtiva ocupa uma parte da própria residência (um ou mais quartos da casa, a sala de estar e/ou a cozinha), o que se observa especialmente nas atividades desenvolvidas por mulheres - confecção, artesanato e panifício/confeitaria. Na maioria dos casos, porém, verificou-se a construção e/ou adaptação do local de trabalho em dependência separada da casa (um "puxado", lavanderia, garagem ou galpão), localizada, em geral, no fundo do quintal. De caráter precário, a maioria dessas instalações é modesta, os materiais utilizados são rústicos e muitas vezes de segunda mão, configurando espaços em geral de dimensões reduzidas. A esse quadro, somam-se os equipa-

²⁹Segundo estimativas realizadas, 1/3 dos grupos familiares e dos não-familiares não opera como conjuntos.

³⁰Em apenas um caso, registrado na região Norte, verificou-se expediente contrário: uma mesma atividade exercida por dois grupos familiares associados recebem dois financiamentos, um através da SEJA, outro através da prefeitura.

mentos de trabalho, também em geral simples e muitas vezes comprados de segunda mão.²⁴

Essa constatação indica a inviabilidade de se realizar a análise e avaliação dos projetos e empreendimentos segundo a metodologia usual. Não existe um *lay-out* planejado, nem tampouco fluxo otimizado do processo produtivo. O local onde se instalam os equipamentos para a execução das atividades é definido inicialmente pela disponibilidade de espaço na residência, ou nas edificações que lhe correspondem. Apenas em uma segunda etapa é que são construídos locais próprios, ainda que dentro do perímetro do terreno para o funcionamento do empreendimento na maior parte das vezes. O comportamento não é o mesmo em atividades como marcenaria, serralheria, funilaria, ou restaurantes, obviamente, sendo que, nesses casos, o local de trabalho é em geral alugado.

Se, por um lado, a inserção da atividade produtiva no interior do espaço doméstico vem de encontro à tentativa de redução de custos, uma vez que não se paga aluguel e não se contabilizam gastos com água e luz, gás e, eventualmente, telefone, por outro, sendo a maioria das atividades financiadas exercidas por mulheres, o trabalho no espaço doméstico permite maior flexibilidade na combinação das atividades domésticas (cuidando da casa e dos filhos) com a atividade produtiva.

Nos empreendimentos não-individuais, quem geralmente trabalha são membros da família nuclear, ou do grupo doméstico, podendo-se encontrar casos em que o trabalho é desenvolvido pelo casal, por este e um ou mais filhos, ou ainda por um dos cônjuges e um ou mais de seus filhos. É importante, porém, observar que, no caso dos

²⁴ Mesmo os equipamentos adquiridos com o financiamento da LBA são muitas vezes comprados de segunda mão, seja em função do limite de recursos estabelecido pela instituição financiadora, seja porque, em função de freqüentes atrasos no repasse de recursos e considerando a escalada inflacionária dos preços, os equipamentos novos tornam-se muitas vezes inacessíveis a esses produtores.

filhos, essa participação pode ser eventual ou limitada a certos períodos ou horários, tanto quando esses exercem ocupações remuneradas como quando estudam. A amostra investigada revela que a participação dos filhos é mais efetiva quando esses são casados, constituindo a ocupação na microunidade sua principal atividade e/ou a ocupação tendo em vista a complementação da renda familiar. Já, a associação entre parentes afins, em geral vizinhos entre si, aparece em segundo lugar na amostra como alternativa (16,5% dos empreendimentos pesquisados), sendo que, nesse caso, destaca-se a associação entre sobrinhos e tios, primos, sogros e genros ou noras, cunhados e/ou irmãos.

O recrutamento de empregados e/ou ajudantes foi observado em cerca de um quarto da amostra (24,7%), correspondendo a 39,3% dos empreendimentos individuais (11 de um total de 28) e 20,8% dos empreendimentos familiares (10 de um total de 48). As microunidades que reúnem grupos não familiares congregam, em geral, vizinhos e não apresentam o recrutamento de empregados e/ou ajudantes remunerados.

Uma vez que foram significativos os financiamentos para reinvestimento ou para quem já exercia a atividade anteriormente como empregado ou "fazendo bico", os entrevistados com mais de cinco anos de experiência no ramo aparecem como majoritários. Em geral, essa experiência foi adquirida como autodidata, ou trabalhando.²⁰ Considerando-se que a maioria dos empreendimentos é familiar, o que se observa é que, em geral, apenas um dos membros do grupo (quase sempre o beneficiário do projeto) tem domínio da atividade como um todo. Os demais, arrolados contratualmente como sócios, participam na atividade eventualmente, em horários restritos, ou apenas em cer-

²⁰ Como exceção, destacam-se na amostra os lavradores de Guarapuava que receberam recursos da LBA para iniciar uma nova atividade, a sericicultura, para a qual tiveram incentivo e apoio da SEAG e Prefeitura, além de terem feito um curso promovido pela COCAMAR - fornecedora da matéria-prima e dos insumos e compradora da produção do bicho-da-seda.

tas etapas de trabalho. É esse o caso especialmente dos filhos e/ou maridos que ajudam em certas etapas da produção e, principalmente na comercialização e/ou no controle contábil da atividade.

Como vários empreendimentos se caracterizam pela produção em série,²² verificou-se que nos casos de recrutamento de trabalhadores remunerados, a estes cabiam, em geral, as tarefas rotineiras, secundárias, ficando as principais etapas do trabalho reservadas ao organizador da atividade. A concepção de modelos de roupa, de sapatos e/ou de artefatos artesanais, o corte do tecido, couro, madeira e outros materiais, por exemplo, freqüentemente apareceram como atribuição daqueles que detinham maior experiência na atividade. Por sua vez, costurar, arrematar, pregar, colar, passar etc., constituíam, freqüentemente, função dos ajudantes.

De um modo geral, quando o grupo de trabalho se restringe ao grupo familiar, não se verifica remuneração individualizada de seus membros. O mais freqüente é a incorporação da renda total da atividade ao orçamento familiar. Quando se trata de grupos não-familiares, a receita líquida é, de maneira geral, dividida pelo número de sócios, segundo sua participação na atividade.

Nos casos de recrutamento de ajudantes remunerados, apenas estes aparecem com renda discriminada, ainda que não se tenha verificado um padrão na forma de remuneração. Essa é bastante reduzida, não chegando a um salário mínimo. Quando se trata de atividades agrícolas a remuneração é fixada com base no preço da diária de trabalhador volante, enquanto as atividades urbanas têm por referência o preço de uma diarista doméstica. Algumas vezes a remuneração tem como base a produção.

²²Na amostra investigada, vê-se que quase 60% dos empreendimentos se caracterizam pelo processo produtivo artesanal, sendo que nas regiões Norte e Oeste esses constituem 100% da amostra. No entanto, a produção em série aparece como majoritária na RMC (56,2% dos empreendimentos pesquisados) e na região Leste (58,3% do total).

Embora não sejam em geral registrados, esses ajudantes remunerados têm jornada de trabalho pré-estabelecida, que tanto pode se caracterizar pelo trabalho em período integral, como em período parcial. A maioria dos empreendimentos pesquisados, porém, não é homogênea quanto ao regime de trabalho. Algumas atividades são desenvolvidas irregularmente, ou apenas durante alguns dias da semana, ocupando, em geral, até 6 horas de trabalho nos dias de atividade. Dentre os empreendimentos que funcionam dessa forma, destacam-se o artesanato, o panifício e confeitaria. Há, também, os empreendimentos que funcionam diariamente, ocupando, em geral, mais de 6 horas de atividade. Dentre esses, destacam-se a marcenaria, a confecção, a produção de artefatos de couro e algumas atividades ligadas ao artesanato. Desses últimos, a confecção aparece como atividade que requer o maior número de horas de trabalho: especialmente nos empreendimentos individuais, observou-se que varia entre 10 a 12 horas a média de horas trabalhadas por dia.

As atividades ligadas à agropecuária e à pesca constituem, por sua vez, os casos em que se verificou ser sazonal o regime de trabalho, em função da própria natureza de atividade.

Essa relativa flexibilidade do regime de trabalho das microunidades investigadas resulta, portanto, de fatores diversos que incluem desde a natureza da atividade até a disponibilidade de tempo e necessidade de combinação de atividades que se impõe aos envolvidos nesse tipo de empreendimento (caso especialmente das donas de casa).

Vale ressaltar que essa sobreposição de espaços (produtivo e doméstico) e de ocupações se verifica também no que diz respeito à comercialização. Enquanto atividade restrita ao beneficiário do projeto e/ou atribuída a algum membro do grupo familiar, ou de produção, a comercialização e o contato com a clientela (constituída em geral por parentes, vizinhos e amigos) se dá basicamente no espaço

produtivo, isto é, doméstico. Exceção, no caso, constituem os empreendimentos voltados à prestação de serviços (cabeleireiro, restaurante, vendedor de cachorro quente), que mantêm contato com a clientela em estabelecimentos organizados, fora do espaço doméstico e/ou na rua.

A amostra investigada indica que a venda de produtos a estabelecimentos comerciais e/ou através do Programa Nosso constituía alternativa restrita a alguns empreendimentos financiados pela LBA na RMC e região Leste (Ponta Grossa). A atividade pesqueira também constitui exceção na medida em que, durante a safra, as vendas são realizadas pelos próprios pescadores em mercado mantido pela Colônia, ao passo que, na entressafra, a única alternativa existente é a venda a peixarias locais com a desvantagem de serem essas que determinam o preço do produto. Além disso, a sericicultura também sobrevive comercialmente em condição diferenciada dos demais empreendimentos. Nesse caso, tem-se como garantia a venda de toda a produção à COCAMAR (Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá) que, juntamente com outras cooperativas do Estado, monopoliza o mercado. Ainda que cotado em dólar, o preço de mercado também nesse caso é determinado pelo comprador e não pelo produtor.

Portanto, a amostra investigada sugere que à diversidade de formas de organização das atividades, do processo produtivo e do regime de trabalho, somam-se diferentes condições de inserção no mercado por parte desses empreendimentos. Alguns deles, como já foi indicado, mantêm um restrito circuito comercial. Produzindo por encomenda, ou para o varejo, sustentam suas vendas essencialmente nas redes de parentesco, amizade e vizinhança. Poucas, dentre as microunidades investigadas, tinham condições de colocar sua produção em lojas, no próprio município e/ou em outras cidades. Como solução alternativa, observou-se, em alguns casos, a tentativa de ampliação

da clientela através da contratação, ou venda de parte da produção a "sacoleiros" (vendedoras que atendem a encomendas, ou que compram uma parte da produção para revender de porta em porta e/ou entre vizinhos, parentes e amigos). Na amostra investigada, as vendas no atacado constituem exceção. Ocorrem apenas no caso da sericicultura e em determinado ciclo da pesca, além de alguns produtores de artigos de couro e algumas confecções. Uma outra alternativa verificada na atividade de confecção foi a produção realizada como prestação de serviços a terceiros - caso de uma costureira que trabalhava em casa para uma fábrica de roupas de moletom, ganhando por produção.

Observou-se que alguns empreendimentos, à medida que se consolidam, passam a abandonar a *rationale* do setor informal e se expandem em busca de maiores lucros. Nesses casos, é freqüente o reinvestimento com recursos próprios e até a busca de financiamentos no sistema financeiro. São, no entanto, casos esporádicos nesse universo (2,5%).

Uma questão que afeta significativamente as atividades é o já citado *gap* entre a data de solicitação e recebimento do financiamento. Ao longo do período compreendido por essa pesquisa, a economia nacional conviveu com uma inflação que retomava a aceleração após cada tentativa de estabilização. Esse processo provoca alterações nominais significativas nos preços dos produtos e desestabiliza os preços relativos.

As perdas reais dos valores solicitados foram, em média, de 55%, num intervalo entre 68% e 5%, dado que, em raros casos, houve correção do valor solicitado. Os dados da tabela 19 demonstram as perdas reais dos valores solicitados, segundo a instituição repassadora dos recursos.

TABELA 19 - VALOR REAL MÉDIO SOLICITADO E RECEBIDO PELOS FINANCIADOS, PERDA MÉDIA E PERÍODO MÉDIO DE ESPERA DOS RECURSOS SOLICITADOS, SEGUNDO OS DIVERSOS AGENTES, NO PARANÁ - 1987-88

AGENTE FINANCIADOR	VALOR REAL MÉDIO SOLICITADO (NCz\$ nov./89)	VALOR REAL MÉDIO RECEBIDO (NCz\$ nov./89)	PERDA MÉDIA (%)	PERÍODO MÉDIO DE ESPERA (MESES)
SETA	5.654	2.747	51,4	2,5
LBA	15.829	6.938	56,2	6,8
Outros	14.411	6.834	52,6	3,8
Média Geral	10.192	4.515	55,0	3,9

FONTE: Pesquisa de campo, abr. - ago. 1989 - IPARDES

Na amostra investigada, o hiato entre o momento de solicitação e recebimento dos recursos foi, em média, de 4 meses (calculado com os valores médios dos agrupamentos por instituição), sendo que os financiamentos realizados através da SEJA apresentaram o menor tempo de espera, enquanto os da LBA envolveram o maior período. Isso se deve talvez à forma de condução dos financiamentos. A SEJA obedece a um cronograma segundo o qual é estabelecida a data de recebimento dos recursos provenientes do convênio com a LBA; dessa forma, fixa prazos para o recebimento de propostas de financiamento que não são muito distantes desse prazo. A LBA, por sua vez, recebe propostas, ao longo de todo o ano, que ficam aguardando a disponibilidade de recursos para esse fim. Neste caso, embora a LBA também estabeleça seus cronogramas, precisa aguardar os recursos orçamentários do Ministério, os quais, por sua vez, não obedecem necessariamente aos prazos e datas.

A dificuldade trazida pela demora em adquirir os ativos que se pretendia está em que os valores constantes das fichas-proposta são os preços de mercado dos ativos, os quais, inclusive, serão utilizados para o controle da utilização dos recursos, juntamente com as notas fiscais de compra. Nesse sentido, não há como incorporar uma estimativa de elevação dos preços daqueles. Como muito raramente há uma alteração no sentido de se elevar o valor solicitado (mais

frequêntes são os casos de redução desses), ocorre defasagem entre os preços e recursos quando esses chegam às mãos dos beneficiados.

Em consequência disso, como já foi apontado, os beneficiários acabam por adquirir equipamentos usados, ou de construção artesanal, ou então optam pela aquisição de equipamentos/instrumentos mais simples e, às vezes, utilizam parte dos recursos para compra de matérias-primas.

Quando o beneficiário insiste na obtenção de maquinário novo, mesmo com o atraso no recebimento dos recursos, acaba fazendo uso de recursos próprios, ou toma empréstimos de familiares ou vizinhos. Porém, se os recursos são recebidos até um mês após a assinatura de contrato, em geral, estas aquisições se tornam possíveis.

Embora exista um limite para o financiamento de cada beneficiário, a regularidade dos valores é mais frequente nas instituições conveniadas com a LBA, já que essa última apresenta valores de financiamento com elevados desvios do valor médio. Observou-se também que os valores financiados são, na média, maiores quando obtidos diretamente da LBA, ou através de convênio entre esta e prefeituras, do que com as demais instituições. Portanto, a despeito dos atrasos maiores no recebimento dos recursos repassados diretamente pela LBA, os valores reais por ela repassados são, em média, 120% superiores àqueles obtidos através de outros órgãos e/ou instituições.

O ressarcimento do empréstimo recebido, efetuado de maneira geral em 20 parcelas mensais, após até quatro meses de carência, em produtos ou prestação de serviços,²⁴ tem sido efetuado antes do prazo estabelecido por metade dos beneficiários pesquisados; 40% efetuam os pagamentos em dia e apenas 10% estão em atraso. Observe-se, porém, que esses últimos não têm tido dificuldades para efetuar os pa-

²⁴Empreendimentos rurais têm formas de ressarcimento diferenciados. Podem ter até seis meses de carência e efetuar pagamentos semestrais.

gamentos. Mas, freqüentemente, não têm claro como efetuar-lo, por isso ficam aguardando que assistentes sociais os procurem para a entrega dos produtos, e/ou para a realização de serviços.

Como as parcelas mensais de ressarcimento são fixadas em valores monetários nominais, dada a conjuntura inflacionária, o seu valor real se reduz na mesma proporção. Além disso, como o pagamento é efetuado, de um modo geral, em produtos (apenas 20% dos beneficiários pesquisados remuneram em víveres ou em dinheiro),²⁵ há uma redução no volume, ou número destes a cada parcela. Portanto, a partir de um determinado momento, o valor do produto ou serviço passa a corresponder ao valor de algumas parcelas, o que facilita o término do ressarcimento. Esse aspecto do financiamento colabora em muito para a sua viabilidade. Caso as parcelas fossem corrigidas monetariamente, mesmo a uma taxa de juros real nula, a inadimplência poderia ser significativa. Vale mencionar que raros casos foram observados em que as parcelas foram fixadas em volume/número de produto a ser entregue a cada período. E, mesmo nesses casos, não se verificou inadimplência.

A receita bruta dos empreendimentos pesquisados varia muito de acordo com a atividade desenvolvida e a capacidade empresarial do grupo ou agente organizador. Os valores extremos, atualizados para janeiro de 1990, variam em torno de NCz\$ 71.000,00 e NCz\$ 800,00, sendo a média estadual de NCz\$ 8.900,00. A variação na capacidade gerencial em termos produtivos, administrativos e comerciais faz com que ocorram grandes discrepâncias de receitas mesmo em atividades semelhantes. Colabora significativamente nesse sentido o desempenho

²⁵A opção pelo ressarcimento em dinheiro é feita quando os empreendimentos são desativados - mas os recebedores dos recursos desejam efetuar os pagamentos -, ou ainda quando há uma saturação por parte das entidades que recebem o ressarcimento do gênero da produção ou serviço prestado. Embora as parcelas sejam pagas em moedas a forma de fixação dessas é semelhante à do Sistema de Dação em Pagamento, ou seja, sem o cômputo juros e/ou correção monetária.

dos equipamentos/instrumentos/ferramentas de que se dispõe. Nesses casos, levam alguma vantagem aqueles que conseguem adquirir equipamentos novos, de boa qualidade.

Os empreendimentos recorrentemente com maior receita são aqueles que dispõem de um bom mercado e/ou rede de comercialização, bem como algumas atividades que enfrentam pouca concorrência (funilaria, artefatos em couro, sericicultura, construção civil etc.).

Embora existam alguns casos extremos, a maior parte dos empreendimentos opera com uma margem de lucro de 120%. Aqueles que não conseguem manter pelo menos 40% de margem preferem sair do mercado.

Uma ressalva importante deve ser feita com relação a essa última observação. Ela é válida para a minoria significativa que mantém algum controle sobre receitas e dispêndios. A maioria dos beneficiários têm apenas uma idéia vaga, ou não tem conhecimento sobre a relação receita/custos. Eles operam com estimativas feitas "de cabeça" e trabalham enquanto "acham" que estão nesses parâmetros. Alguns, inclusive, pressentem que sua atividade seja deficitária, mas enquanto conseguem sobreviver com os recursos auferidos continuam trabalhando.

As tentativas de manutenção de algum registro contábil geralmente esbarram na "falta de tempo", ou no desconhecimento sobre como utilizá-los posteriormente, o que os torna inúteis. Nesse sentido, a capacidade de formar preços condizentes com os custos, bem como de estabelecer margens de lucro reais, fica bastante comprometida. Verificou-se que a maior parte dos "beneficiários" fixa preços com base nos custos (em torno de 80%); no entanto, exceto naquelas atividades em que a mão-de-obra é o principal item, essa é desconsiderada, assim como as despesas com energia elétrica, água e às vezes, telefone. Isso leva à consideração de que os empreendimentos pesquisados operam com margens de lucro reais inferiores àquelas que seus proprietários "têm conhecimento".

Atividades agrícolas, cunicultura e sericicultura não têm qualquer poder de fixação de preço, dadas as condições específicas dos mercados em que atuam. Agricultores comercializam em mercados altamente competitivos; cunicultores vendem a restaurantes e confecções de peles e, sericicultores, a uma cooperativa.

O nível dos preços dos produtores pesquisados não é inferior ao praticado pelas empresas formais oligopolizadas, o que seria provável por enfrentarem um mercado concorrencial e/ou não arcarem com uma série de custos fixos como suas concorrentes maiores. Os empreendimentos em estudo têm como parâmetro os preços daquelas, mas não podem perder de vista seus próprios limites em termos dos custos que enfrentam - impossibilidade de terem ganhos de escala tanto na aquisição de matérias-primas e insumos, produção e comercialização. Localizam-se em espaços intersticiais do mercado que, se não forem bem administrados, não conseguem manter.

A maior parte das vendas se dá no varejo, com recebimento à vista, ou em alguns dias. Como há uma recorrente procura por aquisições a prazo, surge a dificuldade da cobrança e muitos se protegem vendendo apenas por encomenda, mesmo quando a atividade não exige essa prática. A dificuldade na venda ao atacado está antes no volume de produção necessário do que no temor aos pagamentos a prazo.

Se é difícil vender aos atacadistas é também complexo comprar deles. A pesquisa mostrou que em todas as regiões a tendência geral é a aquisição de matérias-primas e insumos no próprio município de residência, seguido de compras em cidades próximas maiores, mas em proporção menor. Adquire-se o material de consumo de varejistas efetuando os pagamentos à vista, pelo menos até se tornar conhecido no mercado. O volume de recursos financeiros e a capacidade de processamento necessários para aproveitar os melhores preços de

atacadistas das capitais estão além das possibilidades desses empreendimentos.

A rotação de estoques é bastante elevada, uma vez que o volume da produção é reduzido e não há, na maior parte das vezes, distinção entre o grupo produtor e o grupo que comercializa a produção. Produção e venda se dão alternadamente, ou concomitantemente, o que colabora para uma estocagem baixa.

A renda advinda do empreendimento financiado, em 45% dos casos pesquisados na RMC, representa mais de 80% da renda familiar, sendo ainda mais significativa no caso dos grupos familiares. Na mesorregião Oeste, esse percentual é de 70%. Algumas atividades, porém, têm maior dificuldade em converterem sua receita em principal componente da renda familiar pela sua própria natureza (serem desenvolvidos em tempo parcial, ou com produtos de baixo valor unitário) e/ou forma de condução da atividade (produtos de limpeza, panifício/confeitaria, cabeleireira, sorveteria, alguns artesanatos e confecções).

Na mesorregião Norte, o quadro é semelhante, sendo que, em 60% dos casos, a receita do empreendimento constitui mais de 50% da renda familiar.

No Litoral, apenas nas atividades típicas da região, tais como pesca, elaboração de conservas, farinheira, e alguns panifícios, a receita proveniente desse empreendimento constitui a única fonte de renda da família. Nos demais empreendimentos, contribui com cerca de 50% desta.

Os dados da tabela 20 apresentam um quadro geral dos valores médios de receita bruta, margem de lucro, renda familiar e proporção da receita líquida da atividade na renda familiar, para cada mesorregião, bem como para o Estado.

TABELA 20 - MÉDIAS REGIONAIS E ESTADUAIS DA RECEITA BRUTA, MARGEM DE LUCRO SOBRE OS GASTOS, RENDA MÉDIA FAMILIAR, PARCELA DA RECEITA LÍQUIDA DA MUF_s NA RENDA FAMILIAR, SEGUNDO MESORREGIÃO, NO PARANÁ - 1987-88

MESORREGIÃO	RECEITA BRUTA (VALORES EM R\$ SOBRE OS JAN/90)	MARGEM DE LUCRO (X)	RENDA MÉDIA FAMILIAR (SALÁRIOS MÍNIMOS DE JAN/90)	PARCELA DA RECEITA LÍQUIDA DA MUF _s NA RENDA FAMILIAR (X)
RMC	8.318	132	4,96	60,7
Norte	8.837	98	5,33	57,9
Leste	11.069	108	6,58	75,0
Oeste	9.441	150	6,04	83,0
Média	8.909	120	5,06	66,8

FONTE: Pesquisa de campo, abr.-ago. 1989 - IPARDES

De acordo com a amostra investigada, a renda familiar varia muito conforme a ocupação principal desenvolvida pelos membros do grupo doméstico, em função do tipo de atividade desenvolvida na microunidade produtiva, bem como do seu desempenho. O leque de amplitude vai de menos de 1 a 26 salários mínimos (SM).²⁴ A renda média das famílias que receberam recursos para atividades de confecção, a atividade mais recorrente na RMC e no Estado como um todo, é de 4,34 SM e 7,24 SM, respectivamente. Algumas atividades que apresentam uma renda média em torno de 5 SM, como artesanato, artefatos em couro e panificação, marcenaria, funilaria e algumas confecções apresentam elevada receita bruta e renda familiar.

Os valores das rendas familiares dos beneficiários flutuam muito e, dada a significativa participação das microunidades produtivas nas suas receitas líquidas, o bom desempenho desses empreendimentos se torna importante em termos de emprego e melhora do padrão de vida desse segmento da população.

Os valores médios de renda familiar dos beneficiários constantes da amostra, para cada mesorregião, podem ser observados na tabela 20.

²⁴Cabe lembrar que os valores monetários referentes ao rendimento das MUFs e renda foram corrigidos pelo INPC até janeiro/90 e daí convertidos em salários mínimos.

Na avaliação do projeto efetuada pelos informantes, há unanimidade em afirmar que é muito bom, sendo sentido como um incentivo à atividade com custo (de ressarcimento) baixo. Embora muitos enfrentem dificuldades - de comercialização, de aquisição de matérias-primas e insumos por exemplo -, o ressarcimento raramente é visto como problemático, sendo assim apenas nos casos em que é efetuado em parcelas aglutinadas.

Esse tipo de financiamento possibilitou a muitos que se tornassem autônomos, situação preferida pelos informantes em relação à de assalariado; para outros reforçou empreendimentos já em andamento.

Em muitos casos, o projeto viabilizou que famílias trabalhassem em conjunto e em casa, evitando assim deslocamentos e consequentes separações dos componentes da família. Nesse sentido, são frequentes os casos de mulheres que passaram a trabalhar em casa, o que lhes permite, ao mesmo tempo, ocupar-se de seus filhos, da atividade remunerada e das tarefas domésticas.

Como gerador de renda complementar é também bastante citado, uma vez que a faixa da população atendida - embora com grande amplitude - incorpora grupos com rendas individuais de até um salário mínimo. Verificou-se, porém, que, na grande maioria dos casos pesquisados, o empreendimento se constitui na atividade principal do beneficiado.

Uma série de problemas é, porém, apontada. Dentre eles, assinala-se que, na tentativa de atender a grande número de beneficiários, o montante de recursos destinado a cada um acaba sendo muito baixo, ou, no mínimo, insuficiente para suprir todas as necessidades de capital dos beneficiários. Além disso, o *gap* entre a solicitação e recebimento dos recursos é grande, o que muitas vezes dificulta, ou até mesmo impossibilita, a aquisição dos equipamentos, matéria-prima e outros materiais arrolados na proposta de financiamento. No en-

tanto, os informantes afirmaram "sentirem-se obrigados" a adquirir o que havia sido indicado na ficha-proposta, de forma que em vários casos ocorreu a necessidade de complementar o financiamento com recursos próprios, ou emprestados para a compra efetuada.

Apesar do treinamento gerencial recebido, alguns beneficiários se queixaram da falta de acompanhamento por parte da LBA na realização das compras, promoção de cursos, e mesmo nas anotações de controle contábil. Outros criticaram a falta de condições dos assistentes sociais de avaliar adequadamente o montante de recursos efetivamente necessários aos empreendimentos, por não conhecerem profundamente as atividades.

Uma reivindicação recorrente entre os beneficiários diz respeito à obtenção de novos financiamentos, tendo em vista a expansão do empreendimento. Esse anseio decorre da maior dificuldade apontada, que é a falta de capital de giro. A maioria dos entrevistados não consegue produzir e gerar recursos necessários para comprar quantidades suficientes (ou maiores, conforme o caso) de matérias-primas e insumos, máquinas, expandir instalações etc.

Outra dificuldade apontada foi a de comercialização. Uma parte dos entrevistados não encontra canais para fazê-la e aqueles que os têm, muitas vezes, dado o porte do empreendimento, encontram-se divididos entre produção - vendas - cobranças, não dispondo de tempo suficiente para a produção de maiores volumes. O volume médio de produção dos informantes muitas vezes dificulta a comercialização com atacadistas e, aqueles que o fazem, devem articular bem os prazos de recebimento das vendas e os de pagamento das compras (aqueles em geral expressivamente maiores que esses). A concorrência em algumas atividades é vista como a razão dos problemas enfrentados, mas a inflação o é com maior freqüência. Essa impede o planejamento da produção, dificulta a aquisição de máquinas (os recursos poupados

nunca são suficientes) e torna a comercialização mais trabalhosa, pois os preços das matérias-primas se elevam de forma a dificultar seu repasse aos preços, dentre outros.

Quando o local de funcionamento, ou o capital físico, é alugado, há um custo adicional; isso estimula os informantes ao esforço para adquiri-lo, de modo a elevarem as possibilidades de sobrevivência do empreendimento.

Máquinas adquiridas de segunda mão, dificuldades em receber os valores das mercadorias vendidas, falta de experiência, falta de treinamento gerencial, também foram apontados como responsáveis pelas dificuldades enfrentadas.

Dentre aqueles que fizeram uma avaliação do desempenho de sua unidade de produção (cerca de 40%), em torno de 30% achavam que estavam mantendo o empreendimento em condições satisfatórias, poderiam ter um desempenho melhor, mas também poderia ocorrer de ser pior. Cerca de 58% achavam que seu desempenho era bom, e o restante justificava sua situação responsabilizando a crise econômica, a inflação etc. Vale acrescentar que aqueles que responderam a essa questão têm um nível de conscientização que lhes permite efetuar essa avaliação, ou seja, não são alienados à situação econômica do empreendimento. Por outro lado, a noção de desempenho satisfatório, ou bom, não significa exatamente que eles têm mantido a produção ou que essa está crescendo. Geralmente, implica que estão conseguindo atingir seus propósitos, o que pode ser entendido como sobreviver, significando que persistirão no empreendimento.

As perspectivas dos entrevistados com relação a seus empreendimentos são bastante variadas. Muitos pretendem obter outro financiamento, quer para continuar em funcionamento, quer para efetuar reinvestimentos. Outros pretendem buscar e/ou testar novos postos de venda (lojinhas, feiras, outras cidades etc). Alguns mencionaram ter

a intenção de diversificar a produção, comprar novos equipamentos, novas instalações; muitos simplesmente pretendem manter o mesmo ritmo.

A avaliação do desempenho das microunidades produtivas por parte dos pesquisadores foi desenvolvida no sentido de identificar quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas MUPs em função das atividades, procurando alguma correlação entre essas e diferentes problemas e na tentativa de identificar quais os mais recorrentes em MUPs segundo faixas de rendimento.

No que tange à relação atividades x dificuldades, constatou-se que essas são inerentes às características das MUPs, de um modo geral, não havendo relação de causalidade em função do tipo de atividade desenvolvida. Existem algumas atividades nas quais se mostrou mais freqüente a falta de conhecimento e experiência, tais como a confecção de produtos de limpeza e cunicultura. Outros ainda se deparavam com falta de equipamentos e má apresentação do produto.

A falta de capital de giro é recorrente em 60% dos casos. Isso impede a formação de estoques, comércio com atacadistas, reinvestimentos em capital fixo e aproveitamento de "ofertas" de matéria-primas e insumos, dentre outros. Essa falta de recursos próprios pode ser provocada pelas dificuldades de comercialização, embora como elemento restritivo do desempenho do empreendimento tenha sido detectado em 1/3 dos casos. Os problemas de comercialização aparecem sob diversas formas. Como essas atividades se localizam em nichos do mercado formal e em suas franjas, a procura desses espaços é uma constante. As vendas são efetuadas na vizinhança, nos círculos de amizade e/ou família, em feiras das mais diversas, em cooperativas, em escritórios, panificadoras, supermercados etc.²⁷ Isso, em geral, implica deslocamentos com os produtos, deslocamentos estes que ra-

²⁷Não é o caso dos pescadores, cunicultores, sericultores, marcenarias, funilarias, estofarias, curiosamente atividades exercidas sempre por homens.

ramente são efetuados com veículos apropriados e/ou próprios. Mas, além desse tipo de empecilho, o desconhecimento do mercado e das práticas do comércio são frequentes. Ocorre também que, sendo os grupos financiados em significativa proporção fictícios (estimamos em 33%), a mesma pessoa que produz, comercializa. Isso dificulta a busca de mercados, bem como de boas oportunidades para venda, devido ao tempo dispendido na produção.

A comercialização, porém, não é problemática apenas em termos de produto final. Não computado no percentual apresentado está a "dificuldade" em adquirir matérias-primas com bons preços. Em 70% dos casos, adquirem-se as matérias-primas e insumos de varejistas que, em 90% das vezes, exigem o pagamento à vista. Dadas a inexistência de uma produção em escala e a falta de capital de giro, torna-se difícil a aquisição junto aos atacadistas.

Da amostra investigada, as MUPs que receberam financiamento para iniciar a atividade enfrentam maiores problemas de capital de giro, mercado, instalações e equipamentos. Além disso, a idade do beneficiado, a qualidade e características do produto, bem como o tempo dedicado à produção e à organização da atividade são limitantes do seu desempenho.

Os empreendimentos com faturamento líquido abaixo de 2 salários mínimos têm dificuldades nas mesmas áreas que tiveram os empreendimentos que iniciaram atividades com o financiamento. O reconhecimento das dificuldades não implica a impossibilidade de recuperação do desempenho das atividades, mas sim a necessidade de correção desses problemas. As atividades com uma receita líquida regular entre 2 e 3 salários mínimos têm dificuldades maiores com capital de giro e comercialização. O mesmo ocorre com os empreendimentos com renda descontada dos custos superior a 3 salários mínimos. Nessa ordem de classes, os problemas com comercialização se reduzem, mas as difi-

culdades de capital de giro não o fazem na mesma proporção; há, isto sim, uma mudança em sua natureza (os mais precários necessitam para sobrevivência, os demais para expandirem).

A fragilidade implícita nas características desses tipos de empreendimentos fica extremada pela situação conjuntural da economia brasileira. Se a inflação aberta impõe maiores riscos e operações razoavelmente "às cegas" por parte das empresas formalizadas, ao setor em questão é ainda mais rigorosa e implacável.

4 O SETOR INFORMAL E A INSERÇÃO DAS MUPs

Uma proporção significativa da força de trabalho nacional não encontra colocação nas empresas organizadas de atividades urbanas e/ou em estabelecimentos rurais, dado um crescimento não-proporcional entre absorção de mão-de-obra e sua oferta. Para os desempregados, ou mesmo aqueles com remuneração insuficiente, a única alternativa para obter uma renda de subsistência está em autocriar empregos, em geral com baixos níveis de produtividade. Organiza-se, dessa maneira, um setor econômico onde a demanda de mão-de-obra não é função do processo de acumulação de capital dentro do próprio setor, mas está ligada ao excedente de mão-de-obra ocupada no setor organizado da economia e às oportunidades que oferece o mercado de produzir ou vender algo que gere algum rendimento.

Nesse sentido, o argumento que se pretende apresentar neste capítulo é que o Projeto das Microunidades Produtivas da LBA, no intuito de gerar empregos e/ou elevar a renda de uma parcela da população de baixa renda, acaba por conduzi-la a se incorporar no setor da estrutura do mercado de trabalho que sobrevive à margem da parcela formal da economia. Sem que esteja embutido qualquer preconceito na afirmação, tem-se que o projeto tende a deslocar os potenciais beneficiários de uma situação marginal em termos financeiros e talvez até econômicos (quando desempregados) para uma marginalidade "parcial", mas ainda na margem, que é o setor informal da economia.²⁰ Para tanto, serão apresentados, inicialmente, alguns conceitos de economia informal, bem como suas características e especificidades, procurando verificar se as atividades executadas pelos beneficiários

²⁰Procurou-se, dessa forma, confirmar a premissa de que esse projeto e o das experiências comunitárias são uma forma de intervenção governamental no setor informal da economia.

do projeto e sua forma de organização, de fato, fazem parte desse segmento do sistema econômico. Posteriormente, discutir-se-á, de forma sucinta, a evolução do setor informal na economia brasileira e procurar-se-á verificar suas tendências, bem como as dificuldades que pode enfrentar, buscando com isso uma compreensão das possibilidades futuras das atividades dos financiados.

Enfatiza-se, então, que a compreensão da evolução do setor informal auxilia na previsão do comportamento das microunidades produtivas já financiadas. Devido às dificuldades com a realização de pesquisas permanentes junto aos beneficiários do projeto, a apreensão da conjuntura do mercado informal funciona como uma *proxy* bastante razoável para os índices de funcionamento e desativação empregados na análise.

A utilização corrente na literatura especializada dos termos "setor formal" e "setor informal" deve ser remetida a um diagnóstico sobre emprego e renda, publicado pela OIT, em 1972, sobre a economia no Kenya. A partir do novo enfoque que então surgia, os estudos e polêmicas avançaram de modo a haver, na literatura especializada de hoje, um quase consenso de que o segmento do setor informal na estrutura econômica deve ser conceituado a partir das relações de produção e de trabalho. Neste sentido, o que define o estabelecimento informal é o fato de não haver separação entre capital e trabalho:

[...] o produtor direto é proprietário dos instrumentos de trabalho e/ou estoque de bens para a realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado, ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; obrigatoriamente participa diretamente da produção (de bens ou serviços) e conjuga essa atividade com aquela de gestão.³⁹

Em termos de forma de organização do trabalho e da produção de bens e serviços no setor informal, CACCIAMALI comenta ainda outras dis-

³⁹CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo : USF/IPE, 1983. p.16.

tinções entre os estabelecimentos formais e informais,⁴⁰ das quais se destacam a racionalidade econômica dos produtores e a forma não caracteristicamente capitalista quanto à organização do trabalho. Nesta, refere-se ao fato de que, não havendo separação entre o trabalho direto e o de gestão, bem como o fato de a atividade ser organizada em pequena escala, a divisão de tarefas levada a cabo não impede aos participantes do empreendimento a apreensão da totalidade do processo que gera o produto ou o serviço. Além disso, a não-predominância da divisão entre propriedade do capital e do trabalho conduz a que o salário não se constitua na forma usual de remuneração do trabalho.

Por outra ótica, a racionalidade econômica dos produtores informais objetiva, ao invés de uma taxa de retorno competitiva e/ou de um processo de acumulação, maximizar o fluxo de renda total da atividade, de forma a permitir, em primeira instância, a reprodução do produtor e da sua família, muitas vezes ampliada, e em seguida, a manutenção da atividade.⁴¹

A análise de estudos elaborados sobre o setor⁴² permite ainda

⁴⁰É importante que se tenha em mente a diversidade dos mercados de trabalho dos setores formal e informal. O setor formal é aquele que concentra as atividades econômicas organizadas. Pelo lado da demanda de mão-de-obra, inclui os postos ocupacionais disponíveis nas empresas organizadas e nos serviços pessoais requeridos pelos estratos de maiores rendas. Pelo lado da oferta, compreende as pessoas mais qualificadas ou com maior experiência dentro de cada categoria profissional. O setor informal por sua vez, concentra os ocupados que em geral não exercem sua atividade nas empresas organizadas e constitui o resultado visível do excedente relativo de força de trabalho. Incluem-se a maior parte dos trabalhadores por conta própria, o serviço doméstico e os ocupados (patrões ou empregados) em empresas pequenas, não organizadas formalmente. (SOUZA, Paulo Renato. Emprego, salário e pobreza. São Paulo : HUCITEC; Campinas : FUCAMP, 1980. 193p.

⁴¹CACCIAMALI, Maria Cristina. Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro. São Paulo : s.n., 1989. p.17.

⁴²Vale ressaltar que, embora o setor informal incorpore também aquelas atividades não formalmente organizadas, levadas a cabo por aqueles que, não-satisfeitos com as regras e limitações do setor formal, dele se evadem voluntariamente buscando atividades alternativas, estas não estão sendo priorizadas no argumento, por se tratar de uma decisão voluntária e não-compulsória, que é o caso dos beneficiados do projeto.

Sobre características ocupacionais dos pobres urbanos na América Latina, comentam-se as seguintes: a) em todos os casos analisados pelo PREAC, o emprego feminino é muito mais importante no setor informal que no setor formal (mesmo excluindo o serviço doméstico, a conclusão se mantém); b) o setor informal concentra os trabalhadores mais jovens e mais velhos; c) as características analisadas permitem a conclusão de que o setor informal concentra especialmente os chefes de família mulheres e os jovens; d) o setor informal concentra os menos educados e especialmente os funcionalmente analfabetos (menos de 3 anos de escolaridade); e) esse setor esteve constituído pelos grupos de população provenientes de zonas rurais deprimidas ou de cidades do interior, constituindo a "porta de entrada" para o mercado de trabalho urbano. Vale ressaltar, porém, que estas conclusões devem ser consideradas com cuidado, pois no trabalho da década de 70 e no período decorrido, o SI pode ter alterado algumas especificidades, na medida em que a maior parte dos países da América Latina teve suas condições econômicas deterioradas. (SOUZA, p.45-46, 141-142).

acrescentar algumas características válidas principalmente nos contextos econômicos mais pobres. As atividades inserem-se em mercados altamente competitivos, de maneira geral são intensivas em mão-de-obra, usam trabalho pouco qualificado e os níveis de produtividade são baixos, assim como os de remuneração - embora algumas atividades apresentem rendas relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórias, quando comparadas com o conjunto de postos assalariados.

Dadas essas características, tem-se, a partir do exposto, que a ênfase na consideração do setor informal deixa implícitos alguns pressupostos:

- a) a economia é dual;
- b) o setor informal urbano é função do volume de oferta de trabalho não absorvida pelo setor formal. No caso do setor informal agrícola, além do determinante anterior, ele é também função da concentrada estrutura fundiária;
- c) os dois setores se relacionam como vasos comunicantes no que se refere à absorção de força de trabalho: o setor informal expande-se ou se reduz em função do número de empregos criados pelo setor formal;
- d) decorrente da proposição anterior, postula-se então que, nos países em desenvolvimento, em períodos de queda do nível de atividade econômica e, portanto, de redução do setor formal, verifica-se a expansão do setor informal;
- e) subjacente ao item anterior, entende-se que não há barreiras à entrada nessas atividades;
- f) admite-se que é no setor informal que se inserem os trabalhadores de baixa renda e produtividade.

A comparação das características e especificidades das atividades desempenhadas no setor informal com o perfil das atividades levadas a cabo pelos beneficiários do projeto deixa claro que essas se

inserir nesse setor. Enfatize-se aqui que são atividades que, em geral, exigem baixa qualificação da mão-de-obra, mas seu uso é intensivo; a produtividade é pequena e o nível tecnológico dos processos é baixo. Os mercados são geralmente muito competitivos, principalmente nas atividades mais frequentes: confecção, panificação, marcenaria e artesanato. A preocupação maior e o objetivo dos empreendimentos é a sobrevivência, em detrimento das metas de elevada rentabilidade e crescimento. Não há separação entre a propriedade dos meios de produção e os trabalhadores, bem como o domínio do processo produtivo por parte de todos os participantes é frequente.

O setor informal, como já colocado, tem um comportamento reflexo ao do setor formal. Em fases de prosperidade econômica, aquele tende a se contrair na medida em que o setor formal absorve parcela da mão-de-obra anteriormente desempregada, mas nem sempre desocupada. Nos períodos de recessão e depressão econômica, tende a expandir-se em número de atividades e de envolvidos, embora a renda média tenda a decrescer, dado o acirramento da concorrência pelo espaço intersticial nem sempre maior. Tendo-se em mente a evolução da economia brasileira, no período 1986-89, pode-se ter uma idéia da evolução do setor informal no período.

Com base no estudo de CACCIAMALI (1989) sobre a informalização recente do mercado de trabalho brasileiro, pode-se constatar que, na década de 80, houve uma diferenciação no comportamento da ocupação nos setores primário e urbano (secundário e terciário). Ou seja, o setor primário perdeu força de trabalho à taxa anual de -0,21% durante o período 1979-87, enquanto o setor urbano teve sua ocupação elevada a uma taxa média de 4,78% ao ano. Assumindo que no setor informal predominam trabalhadores por conta própria, empregadores e

trabalhadores sem remuneração,⁴² observou-se que, até 1987, houve uma tendência de crescimento das relações de produção do tipo empregado no setor formal (ou seja, incremento da proporção dos empregados com carteira), no setor primário. Na economia urbana, houve um decréscimo de cerca de 5% nos empregados com carteira e trabalhadores por conta própria. Isso indica um crescimento do setor informal na ocupação urbana, como também uma expansão do mercado clandestino de trabalho.

Embora no período 1984-86 tenha havido uma recuperação da economia, não houve reversão das tendências. Uma vez que a economia brasileira avançou, entre 1987-89, no sentido de manutenção do nível de produto e expansão da oferta de trabalho, pode-se inferir que a absorção da mão-de-obra não foi suficiente para manter a taxa de desemprego formal e, portanto, deve ter havido uma continuidade no movimento de expansão dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria.

Até 1987, as estimativas para o setor informal no Brasil (incorporando-se o conjunto de trabalhadores por conta própria, pequenos produtores e os sem remuneração), indicavam que os ocupados no setor correspondiam a cerca de 26% do total (percentual relativamente estável) após uma elevação de 3% no período pós-recessão de 1983. Ainda segundo CACCIAMALI: as micro-empresas - proxy para o número de estabelecimentos do setor informal - representavam, em 1985, 77,1% do total das empresas existentes, ocupavam 20% do total da mão-de-obra e apropriavam-se de 3% do total da receita gerada.⁴⁴

Do exposto, pode-se salientar aspectos que demonstram a fragilidade do setor informal. Estes se compõem de empreendimentos na grande maioria de pequeno porte, com pouco capital e uso intensivo

⁴²Essas variáveis são mensuráveis e podem ser usadas como *próxies* para a avaliação do setor informal, cujo dimensionamento é muito complexo.

⁴⁴CACCIAMALI, Maria Cristina. Informalização..., p.36.

de mão-de-obra. Isso significa que, a princípio, as atividades que abarca são bastante fluidas, pois o custo em abandonar ou se desfazer do empreendimento é suficientemente pequeno para não dificultar essas ações. Por outro lado, para ser bem sucedida, isto é, para manter o empreendimento em funcionamento com uma renda que permita a manutenção do(s) grupo(s) familiar(es) envolvido(s), é importante não só a produção, mas também a comercialização do produto ou serviço final, bem como a aquisição de matérias-primas e insumos. Nesse sentido, dado o geralmente reduzido número de participantes, há uma dificuldade na execução de todas as tarefas e manutenção do conhecimento sobre o mercado, simultaneamente, o que gera uma trajetória bastante instável na vida do(s) empreendimento(s), provocando, muitas vezes, insatisfações por parte do(s) microprodutor(es).

O que se pretende esclarecer é que, embora haja um número grande de atividades compondo o setor informal, isto não significa que ao longo do tempo sejam as mesmas unidades que o compõe. Como essas muito facilmente se constituem e se desarticulam, a fluidez é grande.

Essa consideração induz a se refletir com mais cuidado sobre a conclusão de pesquisa de CACCIAMALI⁴⁴ de que no período 1979-87 os trabalhadores por conta própria tiveram sua remuneração real mais estável na queda e mais influenciável quando do aquecimento econômico. Ou seja, o setor, segundo a autora, apresenta rendimentos mais sensíveis ao aquecimento da economia e mais inelásticos a recessões. No caso, grupos que amargaram perdas de rendimento em maior proporção foram os empregados com e sem carteira. Vale observar o fato de que não são necessariamente aqueles que sobrevivem às recessões os que usufruem de rendas mais elevadas em fase de prosperidade econômica.

Em resumo, os beneficiários do projeto enquanto participan-

⁴⁴CACCIAMALI, Maria Cristina. Informalização..., p.46 e 47.

tes das microunidades produtivas compõem então o setor informal e suas características correspondem às verificadas nos trabalhos pesquisados. Da mesma forma, são atividades com elevado grau de fluidez, na medida em que não raro ouviu-se dos pesquisados a possibilidade de procurar um emprego no setor formal, ou trocar de atividade. São, portanto, uma fonte de emprego e renda por muitos considerada emergencial e/ou compensatória. Emergencial no sentido em que os financiamentos são solicitados para iniciar ou avançar em uma atividade quando os indivíduos estão desempregados, ou com baixo nível salarial, e compensatória porque procuram suprir uma deficiência de geração de empregos do setor formal. Disso tem-se que o que os financiamentos provocam é uma transferência de parcela da população da margem do sistema econômico para suas franjas, o setor informal, mas sem que se constitua em uma medida que garanta melhores condições de vida e de trabalho permanente aos segmentos sociais aos quais pertencem os beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo-se como objetivo do Projeto das Microunidades Produtivas o estímulo a iniciativas produtivas geradoras de emprego e renda para a população de baixa renda, pode-se dizer que os resultados são bastante satisfatórios. Os dados da pesquisa de campo realizada junto aos beneficiários indicaram que parcela expressiva desses elevou o nível de renda familiar, ao mesmo tempo em que muitos converteram a atividade inicialmente paralela e secundária em atividade principal.

Observou-se, contudo, que o desempenho das microunidades estava diretamente vinculado à modalidade da atividade executada, à capacidade empresarial do grupo ou agente organizador e às condições de produção (principalmente equipamentos e instrumentos).

A forma de atuação e a estrutura de funcionamento das diversas instituições que atuavam diretamente com os beneficiados influenciaram em aspectos importantes do desempenho das microunidades. Constatou-se que, quanto menor o período de tempo entre a solicitação dos recursos e seu recebimento (uma vez que os valores muito raramente eram corrigidos monetariamente), quanto maior o valor do financiamento e o acompanhamento técnico, quanto mais claramente fossem expostos os ensinamentos de gerenciamento administrativo, tanto maiores as possibilidades de sobrevivência dos empreendimentos.

A estrita atenção aos procedimentos institucionais acima descritos é de grande importância para permitir crescentes índices de funcionamento e reduzir os índices de desativação.

A tabela 21, que contém os dados dos índices de funcionamento e de desativação para as quatro mesorregiões do Estado, demonstra a capacidade de sobrevivência dos empreendimentos pesquisados e do

baixo índice de desistência. Vale ressaltar, porém, que, quando uma atividade se mantém em operação, e daí colabora na elevação da taxa de funcionamento, não está implícito qualquer indicativo qualificativo de desempenho. Ao se dizer que 80% dos empreendimentos financiados se mantêm em operação, toa extraposição irá além das informações contidas nos dados.

TABELA 21 - ÍNDICES DE FUNCIONAMENTO E DE DESATIVAÇÃO
DA MUPs, SEGUNDO AS MESORREGIÕES NO PARANÁ -
1987-88

(Em %)

MESORREGIÃO	ÍNDICE DE FUNCIONAMENTO	ÍNDICE DE DESATIVAÇÃO
RMC	82	9
Oeste	75*	10
Norte	83	10
Leste	80	15

FONTE: Pesquisa de campo - abr. 1989 - IPARDES

*Considerando os sericicultores

A capacidade de sobrevivência dos empreendimentos, contudo, não é função apenas do desempenho das instituições envolvidas no projeto, mas também da dinâmica própria do mercado informal, no qual as MUPs se inserem. O acompanhamento da evolução desse mercado permite aos agentes promotores do projeto ter uma idéia aproximada da situação enfrentada pelos beneficiários, quando da impossibilidade de realização de pesquisas mais detalhadas e profundas. Ressalta-se, porém, a necessidade de se ter em mente a fragilidade desses empreendimentos e a fluidez característica de suas possibilidades de sobrevivência como atividade geradora de emprego e renda.

O mercado informal e o mercado formal operam como vasos comunicantes frente às diversas situações conjunturais e tendências estruturais da economia nacional e regional. Portanto, o desempenho do mercado formal tem ação direta sobre o informal.

Outra questão relevante surge quando da consideração, pelo

órgão promotor (a LBA), de o projeto poder se inserir em nova linha de atuação (a promoção), em detrimento da linha convencional de assistência. No discurso de seus técnicos, o Projeto das MUPs deveria ser mais promocional que assistencial, na medida em que se trata de um financiamento e não de uma doação de recursos governamentais e uma vez que não se pretendia manter uma postura de tutela-mento dos empreendimentos e beneficiados. Tendo em vista, porém, a forma de ressarcimento e o comportamento dos executores, constatou-se que, no tocante ao primeiro aspecto, o objetivo não foi alcançado, mas, no segundo, o desempenho atingiu as expectativas. A forma de ressarcimento adotada - de um modo geral, em vinte parcelas mensais do mesmo valor monetário, após quatro meses de carência, com pagamentos efetuados em produtos e serviços, numa conjuntura inflacionária - assemelhou-se a uma doação. Esse mecanismo descaracteriza o ressarcimento sob o conceito econômico, embora possa-se argumentar que ele existe socialmente.

A expressiva facilidade com que os ressarcimentos foram efetuados (com apenas 10% dos pesquisados com parcelas em atraso, entre estes alguns apenas aguardando representantes da entidade financiadora, ou recebedora, para efetuar o pagamento) induz a algumas sugestões. A possibilidade de as prestações nominais fixas serem substituídas por prestações reais fixas deveria ser considerada. Dessa forma, não se criariam dificuldades adicionais, pois os beneficiados, em geral, tomam como padrão na avaliação da capacidade de pagamento as primeiras parcelas. Como essas se dão sob a forma de produtos ou serviços, sendo fixas nesses termos, o montante a ser recebido pelas instituições beneficentes não seria corroído pela elevação do nível geral de preços.

Uma segunda alternativa, talvez mais dolorosa, seria a realização dos pagamentos em dinheiro, sendo as prestações corrigidas

pela correção monetária ajustada por um deflator. A vantagem então seria a constituição de um fundo que, embora em termos reais fosse inferior ao inicial, permitiria o atendimento de um número maior de proponentes do que se faria se somente os recursos advindos do Tesouro público estivessem disponíveis, ou refinanciaria alguns empreendimentos.

Sendo este relatório o resultado de estudos e pesquisas aprofundadas realizadas até 1989, não compreende os financiamentos nem atividades desenvolvidos pelas entidades executoras e conveniadas em período posterior.

**ANEXO 1 - CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCIADAS
PELO PROJETO DAS MICROUNIDADES PRODUTIVAS
NO PARANÁ**

PRODUÇÃO

Padaria e confeitaria

Conservas

Leite e derivados

Farinheira/moinho

Derivados de porco

Beneficiamento de cana

Beneficiamento de erva-mate

Temperos e ervas medicinais

Beneficiamento de arroz

Marcenaria/carpintaria

Serralheria/metalurgia

Tecelagem/tapeçaria/estamparia

Artefatos de cimento

Produtos de limpeza e higiene

Artefatos de couro/sapataria

Cosméticos

Olaria

Artefatos de arame

Carvoaria

Artefatos de vime

Ferraria

Artesanato

Confeccção

Componentes eletrônicos

Avicultura e ovos

Criação de coelhos

Suinocultura

Apicultura

Sericultura

Horticultura

Viveiro de mudas

Agropecuária

Outros

Pesca artesanal/piscicultura

COMÉRCIO

Gêneros Alimentícios

Pipoqueiro

Cachorro quente

Pastelaria

Outros

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Serviços de Reparação

Automóveis

Funilaria

Borracharia

Outros

Domiciliar

Encanador/eletricista

Vidraçaria

Pintura

Eletrodoméstico

Outros

Outros serviços

Estofaria

Gráfica

Lavanderia

Outros

ANEXO 2 - DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA MÍNIMA

DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA MÍNIMA

As unidades amostrais da população-alvo, constituem-se de 2.208 microunidades de produção informais, no Estado do Paraná.

A determinação do tamanho da amostra mínima necessária, nesse caso, partiu de parâmetros obtidos com a aplicação de uma amostra piloto, considerando-se alguns quesitos⁴⁴ do questionário da pesquisa. Atribuíram-se pontos às opções desses quesitos, cuja soma, para cada questionário, resulta em um valor numérico, o valor da variável aleatória (x).

Com os valores obtidos, para os questionários, obtiveram-se a média de pontos e o respectivo desvio padrão.

Dados da Amostra Piloto

Tamanho da Amostra Piloto: $n_{\text{piloto}} = 32$

Média de Pontos: $\bar{x} = 5,406$

Desvio Padrão : $s = 1,027$

Cálculo do Coeficiente de Variação Relativo à Média da Amostra Piloto

Equação:

$$VAR_{x^2} = \frac{\hat{\sigma}^2}{\bar{x}^2} = \frac{[(N-1) / N] \cdot S_{x^2}}{\bar{x}^2}$$

$$VAR_{x^2} = 0,036073814$$

⁴⁴Os quesitos são: tipo de empreendimento, experiência no ramo da microunidade, investimento próprio, condição de uso do local de trabalho e principal atividade.

Cálculo do Tamanho Mínimo da Amostra

Considerações iniciais

- . Nível de Confiança: 0,997 , logo $Z = 3,0$
- . Amostragem "sem reposição"

Equação:

$$n = \frac{Z^2 \cdot N \cdot \text{VAR}_{x^2}}{Z^2 \cdot \text{VAR}_{x^2} + (N-1)}$$

Resultados:

 Erro Relativo | Amostra Mínima

0,10	32
0,08	50
0,06	87

Decidiu-se aceitar um erro relativo de 0,06 que resulta numa amostra mínima de 87 microunidades de produção a serem pesquisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AMMANN, Safira B. Considerações críticas sobre o conceito de Participação. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.2, n.5, p.147-156, mar. 1981.
- 2 Banco do Brasil, Diretoria de Planejamento. Coordenadoria de Análise Sócio-Econômica. Micro, pequenas e médias empresas : uma abordagem analítica de suas dificuldades e das possíveis medidas para solucioná-las nas áreas gerencial de produção, de mercado, fiscal e financeira. Brasília, 1979. 62p.
- 3 CACCIAMALI, Maria Cristina. Expansão do mercado de trabalho não-regulamentado e o setor informal no Brasil. São Paulo, s.n., 1989. 20p.
- 4 ----- Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro, São Paulo : s.n., 1989. 62p.
- 5 ----- Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo : USP/IPE, 1983. 146p.
- 6 CAVALCANTI, Clovis. Viabilidade do setor informal : demanda de pequenos serviços no Grande Recife. Recife : IJNPS, 1978. 160p. (Série estudos e pesquisas, 11)
- 7 CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro : FGV, v.44, n.6, jun. 1990.
- 8 CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Projeto Micro Empresas. Curitiba, 1987. 8p.
- 9 DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais : a construção da cidadania. Novos Estudos, São Paulo : CEBRAP, n.10, p.24-30, out.1984.
- 10 FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ordem de serviço nº 04/88 : Ref. Portaria PR-318/88, de 08.06.88, Rio de Janeiro, 1988. 22p.
- 11 ----- Central de implementação e apoio técnico. Orientações básicas a microunidades de produção. Curitiba, s.d. 17p.
- 12 ----- Divisão de Educação para o Trabalho. Microempresa social. Rio de Janeiro, 1986. 55p.
- 13 ----- Secretaria de Apoio Comunitário e Institucional. Projeto Apoio às Iniciativas Informais : documento básico. s.l. : LBA, 1988. Programa de Incentivo às Oportunidades de Trabalho e Geração de Renda.
- 14 LOURENÇO, Gilmar Mendes, A economia paranaense nos anos 80. Análise Conjuntural, Curitiba, v.12, n.esp., p.2-4, mar.1990.

- 15 MALLOY, James M. Política de previdência social no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1986. 199p.
- 16 MATHIAS, Gilberto. Urbanização e subdesenvolvimento : setor infomal e estratégias de sobrevivência. Espaço & Debates, São Paulo, v.5, n.14, p.5-22, 1985.
- 17 MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Os impactos sociais da crise econômica, políticas sociais e transição democrática. Rio de Janeiro : UFRJ/IEI, 1987. 80p. (Texto para discussão, 132).
- 18 MOLDAU, Juan Hersztajn. Sugestões de diretrizes para formulação e avaliação de programas sociais. Estudos Econômicos, São Paulo, v.16, n.3, p.353-368, 1986.
- 19 OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo & TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. (In) Previdência social : 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1986. 356p.
- 20 PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. Encontros regionais de microunidades de produção : relatório final. Curitiba, 1988. 12p.
- 21 ----- . Projeto Microempresa Social. Curitiba, 1988.
- 22 ----- . Projeto Microunidade de Produção. Curitiba, 1988, 47p.
- 23 PEREIRA, Potyara A. P. & PAIVA, Leda Del Caro. A Política social e a questão da Pobreza no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.2, n.5, p.1-13, mar.1981.
- 24 PETREI, A. H. Análise econômica de projetos. Fortaleza : Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico, s.d. 56p.
- 25 SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro : Campus, 1979, 138p.
- 26 SOUZA, Paulo Renato. Emprego, salários e pobreza, São Paulo : HUCITEC; Campinas : FUNCAMP, 1980. 193p.
- 27 SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras : uma questão em análise. São Paulo : Cortez, 1986. 112p.
- 28 ----- . Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo : Cortez, 1989. 126p.
- 29 TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. Previdência versus assistência na política social brasileira. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.27 n.3, p.321-345, 1984.
- 30 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Brasil 1986 : Relatório sobre a situação social do país. Campinas, 1988. 341p.